



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR CURSO DE  
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**IDENTIDADE, MANIFESTAÇÃO, TERRITÓRIO: ESTRATÉGIAS DE  
LUTAS E RE-EXISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE  
DAS TRIBOS, TARUMÃ-AÇU EM MANAUS-AM**

**WENDERSON DE CASTRO GOMES**

**MANAUS  
2022**



**WENDERSON DE CASTRO GOMES**

**IDENTIDADE, MANIFESTAÇÃO, TERRITÓRIO: ESTRATÉGIAS DE  
LUTAS E RE-EXISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE  
DAS TRIBOS, TARUMÃ-AÇU EM MANAUS-AM**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade do Estado do Amazonas para a obtenção do  
título de Licenciado em Geografia

**Orientadora:** Profa. Ma. Francilene Sales da Conceição



**WENDERSON DE CASTRO GOMES**

**Identidade, Manifestação, Território: Estratégias de Lutas e Re-  
Existências dos Povos Indígenas do Parque das Tribos, Tarumã-Açu  
Manaus-AM**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para a  
obtenção do título de licenciado em Geografia

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente: Profa. Ma. Francilene Sales da Conceição – UEA

---

1º avaliador: Profa. Dra. Célia Aparecida Bettiol

---

2º avaliador: Profª Dra. Danielle Marian Araújo dos Santos

Manaus, 17 de maio de 2022



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

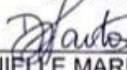
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR

### CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA


Ata de apresentação oral de monografia do aluno Wenderson de Castro Gomes de Licenciatura em Geografia da Escola Normal Superior em 17 de maio de 2022.

Ao décimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas na Sala Rosa Branca da Escola Normal Superior, o aluno **Wenderson de Castro Gomes**, realizou a sua apresentação de monografia intitulada "IDENTIDADE, MANIFESTAÇÃO, TERRITÓRIO: ESTRATÉGIAS DE LUTAS E RE-EXISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE DAS TRIBOS, TARUMÃ-AÇU EM MANAUS-AM". A banca de defesa foi constituída pelos seguintes membros: Presidente Profa. Ma. Francilene Sales da Conceição, Avaliador Interno Profa. Dra. Danielle Mariam Araújo dos Santos (ENS-UEA), Avaliador Externo Profa. Dra. Célia Aparecida Bettiol (ENS/UEA - Pedagogia). A presidente deu início a sessão convidando os membros da Banca e o graduando para tomar assento e iniciar a apresentação. Após apresentação, foi feita a arguição pelos membros que ao final reuniram-se para decidir que o aluno foi Aprovado....., com a nota 9,9..... A sessão foi encerrada e assinada pelos membros da banca e pelo graduando. Manaus, 17 de maio de 2022.

  
PROFA. MA. FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO  
(Presidente)

  
PROFA. DRA. DANIELLE MARIAM ARAÚJO DOS SANTOS  
(Membro Interno)

  
PROFA. DRA. CÉLIA APARECIDA BETTIOL  
(Membro Externo)

  
WENDERSON DE CASTRO GOMES  
(Graduando)

Escola Normal Superior  
Av. Djalma Batista, N° 2470, Chapada  
Cep: 69050-010 / Manaus-AM  
www.uea.edu.br

**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



*“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia socorro presente na hora da angústia, e minha mãe Maria do Carmo Quadros de Castro e minha vó Maria da Conceição Quadros de castro e a minha irmã Maria Talis de Castro Alves e minha sobrinha Isabela de Castro e a todos os meus familiares que estiveram presente deste o início desta jornada acadêmica.”*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que esteve ao meu lado e me deu força, ânimo e crença para não desistir e continuar lutando por este meu sonho e objetivo de vida, a ele eu devo toda minha gratidão. Toda minha gratidão também a minha mãe Maria do Carmo Quadros de Castro, que sempre esteve ao meu lado e foi a minha maior incentivadora.

Gratidão ao corpo docente da instituição, em especial, a minha querida orientadora Professora Ma. Francilene Sales, por todo incentivo e apoio que foram tão importantes, pois sem sua ajuda e ensino nada disso seria possível.

Aos meus amigos de curso que contribuíram para o meu crescimento e aprendizado ao longo desses quatro anos, em especial ao meu grupo composto, por minha grande amiga de todas as horas Ilma Farias, Mirian Ricardo por me ajudar sempre nas dificuldades acadêmica, a meu grande amigo Alexandre Mota, Maria Mayara, Júlio Cesar, Sâmara Lorena, Mauricio Gabriel, e Jamille Cascaes, e por todos aqueles colegas que conheci na unidade acadêmica da Escola Normal Superior, durante essa jornada universitária.

Não esquecendo de ressaltar os meus agradecimentos a minha amiga e parente Vanda Witoto, que se dedicou ao máximo para informar abordagens para realização desse trabalho, e também a Cacika Lutana Kokama que foi de fundamental importância para a construção desse TCC, e sem as contribuições dessas duas personalidades da Comunidade Parque das Tribos, não teríamos conseguido chegar até aqui. E hoje posso dizer que sou uma pessoa de sorte, pois eu pude contar com o apoio de muitas pessoas maravilhosas para realização do meu maior sonho.

A todos vocês, os meus mais sinceros agradecimentos, só gratidão por tudo!

*Eles até cortaram nossos troncos, arrancaram nossas línguas, cortaram nossos corpos, arrancaram nossos braços, estupraram nossas avós, mudaram nossas línguas impuseram a religião. Mas, eles não sabiam que nossas raízes se mantiveram embaixo da mãe terra sendo adubada pela terra preta e que logo germinaria, pois somos sementes de tabaco, coca, yuca doce, somos filhos de aji (pimenta) e descendemos da saúva e da formiga brava somos o povo do centro da terra.*

*Vanda Witoto*

## RESUMO

Este trabalho sob a perspectiva da Geografia e Pensamento Descolonial apresenta uma discussão sobre identidade, manifestação, território e as estratégias de lutas e re-existências dos povos indígenas da comunidade Parque das Tribos, localizado no Tarumã-Açu em Manaus (AM). Tem como objetivo geral analisar as diversidades de manifestações culturais, marcadores territoriais e as estratégias de lutas sociais e re-existências territoriais dos povos indígenas da Comunidade do Parque das Tribos, Tarumã-Açu, Manaus-AM frente às formas de colonialidade. Como específicos: compreender o processo de colonização, o território e as territorialidades e os marcadores territoriais povos indígenas como estratégia de luta e re-existências. Entender organização/conquista dos territórios culturais e políticos do Parque das Tribos Tarumã-Açu como formas de enfrentamento à Colonialidade do Poder, Saber, Ser e da Natureza. Identificar as manifestações culturais, os marcadores territoriais pluriétnico e as lutas sociais e re-existências dos povos indígenas do Parque das Tribos Tarumã-Açu para sua reprodução social na terra/território/natureza frente aos dispositivos da colonialidade. O recorte espacial analisado é o Parque das Tribos, que está localizado na rua Rio Purus, 702, bairro Tarumã, na Zona oeste de Manaus Amazonas. O método empregado é o dialético e a metodologia utilizada apresenta uma abordagem qualitativa de cunho descritiva exploratória, nas quais foram realizadas pesquisa bibliográficas, pesquisa documental e estatística e pesquisa de campo com entrevistas não estruturas (abertas) com gravação de voz com povos indígenas, registros fotográficos e produção cartográficas. Nesse contexto, ao abordar sobre a questão e a perspectiva da Geografia e pensamento descolonial, percebe-se a contribuição acerca de território e territorialidade, bem como o entendimento sobre o termo marcadores territoriais, a dimensão da pluralidade e diversidade étnica e cultural, a riqueza linguística, e as estratégias de lutas e re-existências que foram vivenciadas durante o processo de retomada de território na comunidade, é fundamental para a geografia indígena discutir sobre a complexidade de como ocorreu o processo de colonização marcado por violências, no Bairro Parque das Tribos. Portanto, é necessário a compreensão dos modos de vida dos grupos étnicos indígenas e pensar em práticas de descolonização, como forma de luta e re-existências para a reprodução social e cultural nos seus territórios de vida, trabalho, cultura, ancestral e espiritual.

**Palavras Chaves:** Identidade. Manifestação. Território. Lutas e Re-existências dos Povos Indígenas. Parque das Tribos.



## ABSTRACT

This work from the perspective of Geography and Decolonial Thought presents a discussion about identity, manifestation, territory and the strategies of struggle and re-existence of indigenous peoples of the Parque das Tribos community, located in Tarumã-Açu in Manaus (AM). Its general objective is to analyze the diversities of cultural manifestations, territorial markers and the strategies of social struggles and territorial re-existences of the indigenous peoples of the Parque das Tribos Community, Tarumã-Açu, Manaus-AM in the face of forms of coloniality. As specific: understand the colonization process, the territory and territorialities and territorial markers indigenous peoples as a strategy of struggle and re-existence. To understand the organization/conquest of cultural and political territories in the Parque das Tribos Tarumã-Açu as ways of confronting the Coloniality of Power, Knowledge, Being and Nature. Identify the cultural manifestations, the pluriethnic territorial markers and the social struggles and re-existences of the indigenous peoples of the Parque das Tribos Tarumã-Açu for their social reproduction on land/territory/nature in the face of coloniality devices. The spatial clipping analyzed is the Parque das Tribos, which is located at Rua Rio Purus, 702, Tarumã neighborhood, in the West Zone of Manaus Amazonas. The method used is dialectical and the methodology used presents a qualitative approach of an exploratory descriptive nature, in which bibliographic research, documentary and statistical research and field research were carried out with non-structured (open) interviews with voice recording with indigenous peoples, records photography and cartographic production. In this context, when approaching the issue and the perspective of Geography and decolonial thinking, one can see the contribution about territory and territoriality, as well as the understanding of the term territorial markers, the dimension of plurality and ethnic and cultural diversity, the richness linguistics, and the strategies of struggles and re-existences that were experienced during the process of reclaiming territory in the community, it is essential for indigenous geography to discuss the complexity of how the colonization process marked by violence occurred in the Parque das Tribos neighborhood. . Therefore, it is necessary to understand the ways of life of indigenous ethnic groups and to think about decolonization practices, as a form of struggle and re-existence for social and cultural reproduction in their territories of life, work, culture, ancestral and spiritual.

**Keywords:** Identity. Manifestation. Territory. Struggles and Re-existences of Indigenous Peoples. Tribes Park.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPITULO 1 - TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO</b> .....	15
<b>1.1 As formas de colonização na ocupação do território brasileiro</b> .....	16
<b>1.2. A abordagem de território e a territorialidades dos povos indígenas</b> .....	20
<b>1.3. Diversidades pluriétnica manifestações culturais</b> .....	23
<b>1.4. Marcadores territoriais como estratégia de luta e resistência</b> .....	27
<b>CAPITULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS</b> .....	31
<b>2.1. Área de Estudo</b> .....	31
<b>2.2. O Método</b> .....	33
<b>2.3. Procedimentos Metodológicos</b> .....	34
2.3.1 Levantamento e Revisão Bibliográfica.....	34
2.3.2 Levantamento documental e dados estatísticos .....	34
2.3.3 Entrevistas e Observação Direta .....	35
2.3.4 Realização das Análises e Sistematização dos Conteúdos Referentes aos Resultados.....	36
<b>CAPITULO 3 – GEOGRAFIA E PENSAMENTO DESCOLONIAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE DAS TRIBOS, MANAUS-AM</b> .....	38
<b>3.1 Formação territorial e a conquista do território e os direitos territoriais</b> ....	38
<b>3.2. As formas de enfrentamento à Colonialidade do Poder, Saber, Ser e da Natureza</b> .....	45
<b>3.3 Territórios políticos e culturais dos povos indígena do Parque das Tribos: Valorização e ressignificação de saberes e etnoconhecimento</b> .....	49
<b>CAPITULO 4 - PRÁTICAS DE DESCOLONIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE DAS TRIBOS, TARUMÃ-AÇU EM MANAUS-AM</b> .....	53
<b>4.1. Dispositivos da colonialidade nos territórios dos povos indígenas e as formas de lutas e re-existências</b> .....	53
<b>4.2. O território das manifestações culturais e os marcadores territoriais</b> .....	60
<b>4.3. Protagonismo e resistência das mulheres indígenas</b> .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	71

## **APRESENTAÇÃO**

Sou, WANDERSON DE CASTRO GOMES, pertencente ao povo Apurinã por parte do meu Pai, sou filho da Maria Do Carmo Quadros de Castro e do José Carlos Ferreira Gomes Apurinã. Nasci da cidade de Canutama, município brasileiro do interior do Estado do Amazonas, região norte do país. Pertencente à Mesorregião do Sul Amazonense e Microrregião do Purus. Estudei o ensino fundamental na cidade de Canutama na Escola Estadual Eduardo Ribeiro, que era coordenado pelos Irmão Maristas que pertence a Igreja Católica, fiz ensino médio na Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves, localizada no mesmo município. Em 2017 realizei o vestibular da Universidade do Estado do Amazonas para o curso de Geografia, ingressando em 2018.

## INTRODUÇÃO

O interesse neste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é abordar sobre a questão e a perspectiva da Geografia e pensamento descolonial, apresentando uma discussão sobre identidade, manifestação, território e as estratégias de lutas e re-existências dos povos indígenas da Comunidade Parque das Tribos.

Entende-se que é fundamental que a Geografia aborde, discuta e entenda a complexidade de como ocorreu o processo de colonização marcado por violências, exploração e escravização com os povos indígenas, bem como é necessário a compreensão dos modos de vida, a diversidade/pluralidade sociocultural dos grupos étnicos, as múltiplas territorialidades e pensar em práticas de descolonização (marcadores territoriais) como forma de re-existências reprodução social/cultural nos seus território de vida e trabalho.

As diversas formas de violências, invisibilidades, criminalização e de negação enfrentadas pelos povos indígenas na capital do Amazonas reforçam um pensamento e práticas coloniais, resultando na Colonialidade do Poder, do Saber, do Ser e da Natureza nos múltiplos territórios pluriétnicos. Nesse sentido, a identificação das principais manifestações culturais e de seus marcadores territoriais se configuram na atualidade como estratégias de uma diversidade de lutas e re-existências dos povos indígenas da Comunidade do Parque das Tribos no Tarumã-Açu em Manaus-AM.

A problemática deste estudo levantou as seguintes questões norteadoras: as formas de colonização no movimento histórico de ocupação do território brasileiro são os resultados de práticas de negação, violências e ocultamento dos povos indígenas? O território e as múltiplas territorialidades dos povos indígenas do Parque das Tribos em Tarumã-Açu apresentam uma diversidade sociocultural, pluriétnica que valoriza as manifestações culturais, os saberes/conhecimentos ancestrais e destaca as formas de lutas e re-existências territoriais? Os marcadores territoriais para os povos indígenas Parque das Tribos em Tarumã-Açu se configuram como estratégia de luta e re-existências para sua reprodução social na terra/território/natureza?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as diversidades de manifestações culturais, marcadores territoriais e as estratégias de lutas sociais e re-existências territoriais dos povos indígenas da Comunidade do Parque das Tribos, Tarumã-Açu, Manaus-AM frente às formas de colonialidade. E como objetivos específicos tem a finalidade: Compreender o processo de colonização, o território e as territorialidades e os marcadores territoriais povos

indígenas como estratégia de luta e re-existências. Entender organização/conquista dos territórios culturais e políticos do Parque das Tribos Tarumã-Açu como formas de enfrentamento à Colonialidade do Poder, Saber, Ser e da Natureza. Identificar as manifestações culturais, os marcadores territoriais pluriétnico e as lutas sociais e re-existências dos povos indígenas do Parque das Tribos Tarumã-Açu para sua reprodução social na terra/território/natureza frente aos dispositivos da colonialidade.

O recorte espacial analisado é a Comunidade Parque das Tribos, que está localizado na rua Rio Purus, 702, bairro Tarumã, na zona oeste de Manaus Amazonas, área situada no perímetro urbano da cidade de Manaus. O método utilizado nessa pesquisa é o dialético, pois se compreende a realidade e o fenômeno pesquisado a partir das contradições, que envolve disputas territoriais entre os agentes coloniais, o Estado e os povos indígenas, pois as formas de colonialidade imposta pelo pensamento hegemônico colonial tem negado as múltiplas territorialidades dos povos indígenas.

A metodologia empregada possui uma abordagem qualitativa de cunho descritiva exploratória. Em relação aos procedimentos metodológicos foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos, capítulos de livros, teses e monografias, com levantamento de dados sobre o tema estudado. A pesquisa documental e estatística em canais digitais (internet) e levantamento de dados e informações (quantitativas) sobre o recorte espacial analisado. A pesquisa de campo com a utilização do instrumento de coleta de dados por meio de entrevistas não estruturadas (abertas), com gravação de voz com povos indígenas, registros fotográficos e produção cartográficas.

O trabalho está estruturado em 4 capítulos: O primeiro aborda as formas de colonização na ocupação do território brasileiro, a abordagem de território e a territorialidades, a diversidade pluriétnica e manifestações culturais e os marcadores territoriais como estratégia de luta e resistência. O segundo capítulo aponta a metodologia (tipos de pesquisa e abordagem), o método e os caminhos metodológicos (instrumentos de coletas de dados) que foram desenvolvidos ao longo da pesquisa, bem como a caracterização da área de estudo. O terceiro capítulo aponta a Formação territorial e a conquista do território e os direitos territoria, as formas de enfrentamento à Colonialidade do Poder, Saber, Ser e da Natureza e os Territórios políticos e culturais dos povos indígena do Parque das Tribos: Valorização e ressignificação de saberes e etnoconhecimento. No quarto capítulo discute os Dispositivos da colonialidade nos territórios dos povos indígenas e as formas de lutas e re-existências, o território das manifestações culturais e os marcadores territoriais e o Protagonismo e resistência das mulheres indígenas.

Portanto, ao abordar sobre a questão e a perspectiva da Geografia e pensamento descolonial, percebe-se a contribuição acerca de território e territorialidade, bem como o entendimento sobre o termo marcadores territoriais, a dimensão da pluralidade e diversidade étnica e cultural, a riqueza linguística, e as estratégias de lutas e re-existências que foram vivenciadas durante o processo de retomada de território na comunidade. Portanto, é necessário a compreensão dos modos de vida dos grupos étnicos indígenas e pensar em práticas de descolonização, como forma de luta e re-existências para a reprodução social e cultural nos seus territórios de vida, trabalho, cultura, ancestral e espiritual.

## **CAPITULO 1 - TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO**

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos a respeito dos temas: a importância da abordagem do pensamento descolonial da Geografia Indígena, de território, territorialidade e marcadores territoriais. Que na oportunidade se apresenta contextos da realidade do povo indígenas na Comunidade Parque das Tribos no Tarumã Açu.

Quando se trata dos conceitos da Geografia, é possível imaginar que esses conceitos são: lugar, paisagem, região e território. O território como um conceito e uma categoria que expressa relações de poder que é estabelecido por meio das relações, e que para compreender melhor sobre esse conceito de território, é preciso saber sobre o conceito de territorialidade, assim descrito:

“a territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é [...] espacialmente delimitado e operando sobre um substrato referencial”, ou seja, diante da realidade existente a territorialidade é a expressão que é representada como forma de relações e influencias diante do espaço (SOUZA, 2000, p. 99).

E quando se trata dessa tentativa de um indivíduo ou um grupo de afetar, ou influenciar as pessoas, seja por fenômenos, ou relações, que servem para delimitar, ou impor controle sobre uma determinada área geográfica, denomina-se de território. Segundo Andrade, (2004, p.190), “a expressão território tem uso antigo nas ciências sociais e naturais, recentemente, porém, com a retomada dos estudos de geografia política e de geopolítica, ela voltou a ser utilizada, e hoje concorre com termos tradicionais, como espaço e região”. Nesse sentido, é interpretado de forma que se admite sendo um lugar de controle e autoridade.

Ao abordar sobre o território dos povos indígenas e o processo de colonização, sabe-se que é possível constatar que esse processo, se deu pelo povoamento brasileiro e o impacto que esse povoamento resultante da colonização se deu diante da realidade dos povos indígenas, onde é permitido entender que para se falar em território dos povos é fundamental abordar sobre essas formas de colonização na ocupação do território brasileiro, que se deu pela relação do ser humano e o território.

A abordagem de território e a territorialidades dos povos indígenas apresenta uma diversidade pluriétnica e significativas manifestações culturais, que juntamente com os seus marcadores territoriais, constroem estratégias de luta e resistência dos povos indígenas e desenvolve práticas de decolonização. Com base na geografia indígena e o pensamento

descolonial dos povos indígenas do Parque das Tribos, Manaus-AM, sabe-se que esses conceitos da ciência geográfica são fundamentais para análise realizada nesse estudo.

Os povos indígenas da comunidade Parque das Tribos no Tarumã-açu em Manaus vive nessa ligação direta com a capital do Amazonas, na qual estabeleceu um território para se dizer seu, e agora está oportunizando múltiplas experiências e significados, principalmente, porque a territorialidade indígena guarda a história de seu povo.

### **1.1 As formas de colonização na ocupação do território brasileiro**

Para entender sobre o território, vale ressaltar que a categoria em questão, não poder ser confundida com lugar, ou espaço, sendo bem representada como domínio ou gestão de determinada área, então o território está diretamente ligado ao conceito de poder, que pode ser público, estatal, das grandes empresas, que ignoram as fronteiras políticas.

Ao falar sobre o que foi a colonização, entende-se no século XVI houve uma apropriação do território dos povos originários e da floresta. No século XVIII, ficam definidas as grandes linhas de fronteira entre a colônia Portuguesa e a colônia Espanhola, onde o governo Português, estabeleceu uma estrutura de ocupação permanente, levando em consideração as questões religiosas e os estabelecimentos governamentais para conter os indígenas (ANDRADE, 2004). O objetivo era fazer com que os indígenas trabalhassem e produzissem para o mercado, retirando as madeiras, as essências da floresta, couro e entre outros recursos naturais. Sobre a ocupação territorial e evolução das cidades vilas brasileiras no século XVI ao século XVIII:

“Sobre o "descobrimento" e a ocupação do território brasileiro, feitos a partir do século XVI, foram um capítulo da expansão territorial portuguesa no Atlântico, estimulada pela Revolução Comercial. Os portugueses lançaram-se na rota marítima, em vista de sua excepcional situação geográfica-situado na porção mais ocidental da Europa do desenvolvimento da ciência náutica, estimulado pela dinastia de Avis que conquistara o poder com apoio da burguesia comercial, do afluxo de especialistas nas ciências de navegação, e de capitais, vindos de várias partes da Europa, sobretudo da Itália, que foram aplicados no grande empreendimento.” (ANDRADE, 2004, p.29)

Essa ocupação do território foi a partir do século XVI, onde essa expansão começou a ser veiculada pelos portugueses, através da rota marítima que proporcionou a vinda da porção mais ocidental da Europa para a sociedade, visando desenvolver com essa ciência náutica, um grande número de especialistas para navegação e também para as capitais, vindos de várias partes da Europa. Para Andrade (2004), com a Revolução Comercial, a Europa estava com muitos produtos tropicais, como os minerais, que estimulavam o movimento comercial, a formação de



capitais, a expansão da utilização da força de trabalho, o que ocasionou o desenvolvimento urbano e também dos transportes.

As contribuições de Straforini, (2018), sobre a compreensão da formação territorial brasileira do período colonial, são inovadoras e porque retira do estado português a exclusividade da ação de produção territorial. E essa produção trouxe a sociedade várias trocas e conhecimentos. Ainda segundo Straforini, (2018), ao trazer à tona a sociedade colonial como “atores espaciais”, evidencia o processo contraditório e, ao mesmo tempo, consensual dos interesses desses e da metrópole sobre o território, produzindo espacialidades nada homogêneas sob o ponto de vista de uma unidade territorial. E, nesse sentido, o território se configura como “uma expressão espacial da formação social criada pela colonização,” negando o mito da unidade territorial e do território em arquipélago (STRAFORINI, 2018, p. 68).

Portanto, através da Revolução Comercial, e sabendo que existia uma gigantesca quantidade de terras a explorar e muitas mãos de obra para se utilizar, os portugueses passaram a considerar a área para exploração, a partir do momento que a África e o Oriente começaram a diminuir as exportações para as terras portuguesas. Nesse sentido, para se definir a ocupação no território brasileiro, foi indispensável à política de exploração colonial, impossibilitando a criação de direitos dos nativos no Brasil.

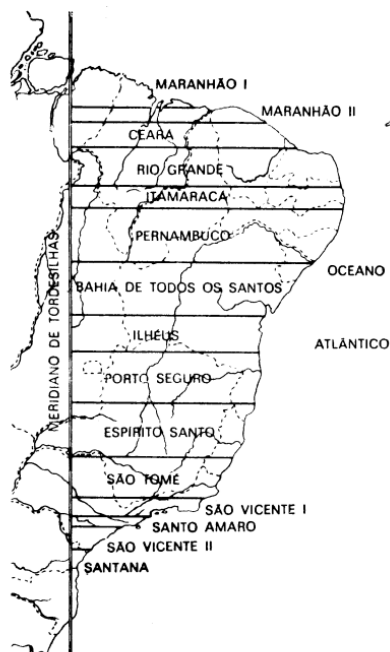
“Para a efetivação da conquista, os portugueses, enquanto desenvolviam o comércio com as Índias, fizeram o levantamento da costa, explorando-a à procura de produtos florestais e marinhos-pau brasil, aves de plumas, âmbar etc., combatendo os corsários que a exploravam clandestinamente e fundando pequenas feitorias, como as de Itamaracá, de Santa Cruz e do Cabo Frio, respectivamente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro. A princípio procuraram conquistar a boa vontade dos indígenas, trocando os produtos da terra por bugigangas, depois procuraram amedrontá-los, forçando-os a trabalhar no abastecimento dos seus navios. Não havia ainda condições nem necessidade de escravizar os indígenas, adotando o escambo como relação comercial. Só ao iniciarem o povoamento é que os portugueses passaram a desenvolver a política de escravizá-los, como já faziam na África com os negros” (ANDRADE, 2004, p.31)

Ainda conforme Andrade (2004), “sobre a exploração sistemática da nova colônia, foi realizada a partir do século XVI, quando os colonizadores dividiram o território brasileiro em capitânicas hereditárias, ou seja, dividiram os lotes de terra estabelecidos e entregues aos dose donatários pelo rei português a partir de 1533, e foram às primeiras tentativas da Coroa portuguesa para se organizar a ocupação e colonização.

Assim, os colonizadores ao se apropriarem e dominarem o território dos povos originários por meio de saques para fins de mercado, instaurou o processo de exploração, violência, escravização e a negação de corpos e territórios. O surgimento das capitânicas

hereditárias (Figura 01), demonstra as primeiras 15 capitâneas hereditárias exercerem controle e o domínio territorial, onde os 12 donatários passaram a tomar posse, configuram como o exercício do poder sobre o território invadido na costa litorânea brasileira.

Figura 01: Capitâneas Hereditárias



Mapa n.º 1. As capitâneas hereditárias.

Fonte: ANDRADE, M. C., 2004.

E no Brasil, sobre as quinze capitâneas que tiveram os destinos como: o Maranhão, o Ceará, o Rio Grande e Santana, e outros grupos, formados foram para Itamaracá, para Ilhéus, para Porto Seguro, para Espírito Santo, para Paraíba do Sul e para o Santo Amaro (ANDRADE, 2004). Teve início o povoamento com a criação de vilas de engenhos de açúcar, porém a criação dessas vilas fracassou em decorrência de desentendimento entre os colonizadores.

O processo de ocupação dinamizou-se nos meados do século XVI, com a introdução de uma cultura comercial voltada para o mercado externo europeu. a cana-de-açúcar, e ampliação da sua oferta que, desde o século XIV, havia sido introduzida nas ilhas de Mediterrâneo. No século seguinte se expandiria pelas ilhas do Atlântico e, nos séculos XVI e XVII, seria produzida principalmente no Brasil. Este produto seria a grande atração para as tentativas de conquista de novos territórios, por povos que se integraram na Revolução Comercial e que dispunham de condições de melhor distribuir o produto no mercado da Europa Central, Setentrional e Ocidental (ANDRADE, 2004, p.32).

Ainda como aborda Andrade (2004), diante das afirmações, sabe-se que o território se expandiu significativamente devido, os fatores que servem para explicar tanto a ocupação como

a expansão do território desde o século XVI até os dias atuais, destaca-se que houve a atuação dos bandeirantes, o papel dos jesuítas e principalmente a exploração econômica do território. A Tabela 01 mostra alguns marcos que se apresentam como fundamentais para as transformações das formas de colonização do território brasileiro.

Tabela 01: As formas de colonização na ocupação do território brasileiro

<b>AS FORMAS DE COLONIZAÇÃO NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO</b>	
<b>O que foi a Fundação Brasil Central? Marcha para o Oeste.</b>	Sabe-se que o Brasil possui desde o período colonial um espaço grande e durante os séculos se transformou em território por meio da gestão a partir dos meados do século XX, quando o governo Vargas no estado novo criou a Fundação Brasil Central (FBC), que teve origem na Expedição Roncador-Xingu, inicialmente comandada por João Alberto Lins de Barros (ministro da Coordenação de Mobilização Econômica e ex-tenente da Coluna Prestes), a fundação foi um órgão, criado em 1943, com o objetivo de colonizar outras zonas;
<b>A transferência da Capital Federal para o Planalto Central, Juscelino Kubitschek</b>	Grande transferência de população, como fez abrir estradas ligando Brasília aos mais diversos pontos do território nacional, procurando desenvolver uma política de integração, política esta que foi continuada pelos governos militares, ao promover a abertura de estradas nas áreas mais isoladas para implantar núcleos coloniais;
<b>Agricultura da cana-de-açúcar.</b>	Para cultivá-la e produzir o açúcar necessitavam apresar os indígenas e reduzi-los à escravidão, importar escravos negros da África, trazer da Europa animais de tração e destruir a floresta, de vez que necessitavam de madeira para as construções e para fabricação de caixas de açúcar e de móveis para o próprio uso;
<b>Os indígenas</b>	Os indígenas que não se submeteram à escravidão tiveram que fugir para o interior, conquistando terras para a pecuária e para aldeá-los, com o auxílio de missionários, e sedentarizá-los, a fim de os manterem em pontos estratégicos onde poderiam ser recrutados nas ocasiões em que necessitassem de trabalhadores.

Fonte: ANDRADE, M. C., (2004). Organização: GOMES, W. C., (2022).

A forma de colonização teve influência dos Bandeirantes e dos Jesuítas, nos quais os Bandeirantes formavam grupos que partiam de São Paulo, em direção ao interior do território com o objetivo de capturar povos indígenas para o trabalho escravo nas lavouras de cana-de-açúcar do litoral (ANDRADE, 2004). Assim, eles dominaram os povos indígenas e abriram caminhos para o interior consolidando o controle da coroa portuguesa sobre o Brasil. Em relação aos Jesuítas, fundaram os aldeamentos articulado ao processo de dominação dos indígenas por meio da catequização.

“Passadas as primeiras décadas Portugal, que tinha o direito a terra, iniciou o povoamento, fazendo que grandes áreas fossem desmatadas a fim de que os colonos desenvolvessem a agricultura, sobretudo da cana-de-açúcar. Para cultivá-la e produzir o açúcar necessitavam apresar os indígenas e reduzi-los à escravidão, importar escravos negros da África, trazer da Europa animais de tração e destruir a floresta, de vez que necessitavam de madeira para as construções e para fabricação de caixas de açúcar e de móveis para o próprio uso” (ANDRADE, 2004, p.19)

Conforme Andrade (2004), após a exploração econômica na década de 1530, houve a ocupação da Amazônia pelos portugueses, que não respeitavam os limites territoriais do tratado de Tordesilhas, e a partir do século XVII, com a grande procura pelas drogas do sertão, possibilitou a exploração do território da Amazônia pelos portugueses. Em São Paulo, no Pará e Maranhão ocorria com regularidade, no Amazonas mesmo após a criação da província, as populações indígenas continuavam a serem vistas como um grande estoque de trabalhadores baratos e disponíveis, que precisavam ser subjugados, domesticados e adaptadas a vida civilizada para serem trazidos à população (ANDRADE, 2004, p.115).

No século XVIII, essa forma negacionista e racista de tratar os indígenas, foi muito presente, nas quais essas formas de colonialidade são predominantes até os dias atuais. Na época colonial, os indígenas eram tratados no sistema de escravização e subjugação, maneira essa que acontece até hoje, onde a classe dominante hegemônica colonial apresenta negação e desprezo pelos povos indígenas, o que é percebido pela convivência social, pela falta de importância pelo outro por meio da negação de corpos e pela falta de empatia pela historicidade dos indígenas que são os verdadeiros moradores desse território brasileiro.

## **1.2. A abordagem de território e a territorialidades dos povos indígenas**

A dinâmica estabelecida no território dos povos indígenas é marcada por exploração, negação e violência, modificando as relações socioculturais e demarcando formas/dispositivos violentos resultantes do processo de colonização. Essa forma de apropriação territorial deve ser entendida no contexto social, cultural, político e econômico.

Para saber sobre esse território que engloba o espaço construído pelos indivíduos e grupos humanos que nele habitam e como um lugar de ritos, expressando valores e confrontando crenças, é possível identificar a identidade cultural. Assim, “distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso” (HAESBAERT, 1997, p. 37).

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e afetiva. Segundo Haesbaert (1997, p.41), “o território é, pois, um novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores.

O território por ser uma categoria geográfica importante para a geografia, sabe-se que está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico.

Pensar as disputas territoriais entre grupo/classes sociais, fundamentalmente de colonizadores (dominadores) e povos indígenas (dominados), é resultado de um processo colonial violento e exploratório, sendo necessário pensar em práticas de descolonialidade do Poder, do Saber, do Ser e da Natureza (CARMO CRUZ, 2017).

Segundo Haesbaert (2014), a descolonialidade na América Latina, repensa as categorias das práticas e de análise centrais do pensamento geográfico que são o espaço, o território e a região. E essa definição varia conforme a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, porém a conceituação mais comum, está relacionada ao espaço apropriado e delimitado como uma relação de poder, nas quais nesse processo relacional estão presentes múltiplas territorialidades.

Para Sack (1986), a territorialidade se manifesta como um tipo de delimitação espacial, onde vigora uma forma de comunicação, que evidencia controle de acesso tanto ao conteúdo interno quanto à entrada/saída externa. Essa territorialidade é caracterizada por um conjunto de práticas territoriais onde se exerce o poder, em sua dimensão social, econômica, política-jurídica e cultural.

Para o autor a territorialidade humana é mais sofisticada do que uma mera manifestação instintiva, é a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica. A territorialidade deve compreender o valor da definição de um fenômeno, e onde ele se encontra através da possibilidade de criar suporte para a identificação, que para Sack (1986), esse processo é classificado por área, pela comunicação de fronteiras (ou limites) e pelo controle de acessos.

Porto-Gonçalves (2006) afirma que “a territorialidade identificada pelos portugueses e espanhóis que atingiu o mundo, sequer nos damos conta que o território não é sustância da história que são contadas, como fazem os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, ao pensar em uma história contada a partir da própria narrativa indígena há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes, fundamental para desnaturalização de um conceito e pensamentos coloniais.

Ao abordar sobre os múltiplos territórios, é necessário entender que a denominação de "múltiplos territórios" e "multiterritorialidade", se dá pela multiplicidade de territórios, ou seja, se dá como uma condição que é necessária, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004).

Seguindo o pensamento do autor, falar em multiterritorialidade é necessário compreender o território e a territorialidade, porque o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica e tem a ver com dominação jurídica e política da terra, uma vez que aqueles que têm o privilégio de usufruir do território, identifica-se de imediato de forma positiva e efetiva. Para explicar sobre a categoria da geografia, seus conceitos e definições é possível entender conforme a tabela 02:

Tabela 02: O Território e suas definições

<b>CATEGORIA DA GEOGRAFIA</b>	<b>CONCEITO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO</b>
<b>TERRITÓRIO</b>	<b>Territorialidade</b>	“A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico, através do qual nós experimentamos o mundo e adotamos de significado”.	SACK, (1986:219)
	<b>Multiterritorialidade</b>	“A multiterritorialidade, trata-se de um debate sobre o desdobramento desta noção a partir de sua vinculação, em uma perspectiva mais sistematizada, com a concepção de múltiplos territórios e as diversas abordagens daquilo que se denomina territorialidades”.	HAESBAERT, 1997. (2001, 2002, p. 200).
	<b>Transterritorialidade</b>	“Transterritorialidade, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida. Destaca-se a própria transição, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de “trânsito”, movimento e do próprio “atravessamento” e imbricação territorial”.	HAESBAERT, (1996:35-36)

Fonte: HAESBAERT, R., 1997. Organização: GOMES, W. C., 2022.

Ainda sobre a multiterritorialidade, como enfatiza Haesbaert (2004a), aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como "desterritorialização". Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização, onde estamos na maior parte das vezes vivenciando a

intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial".

E ao trabalhar com a abordagem e a concepção territorial para trabalhar com os povos indígenas frente às formas de violências e negação dos dispositivos da colonialidade (Estado, Igreja e outros agentes coloniais), torna-se necessário para pensar práticas descoloniais para o território da vida, do trabalho, da política e da cultura.

Espera-se que se possa pensar em uma Geografia Indígena em defesa dos seus territórios que seja contada pelos próprios povos indígenas, demonstrando o processo de ocultamento e invisibilidades que sofreram historicamente e que resultou em genocídio e etnocídio. Conforme Carlos Walter (2006), há uma batalha de descolonização do pensamento que a recuperação do conceito de território, pois a leitura dos processos socioespaciais pelo território permite entender a historicidade e geograficidade da diversidade, pluralidade sociocultural e as diversas manifestações culturais dos povos indígenas.

### **1.3. Diversidades pluriétnica manifestações culturais**

A formação de uma identidade cultural é concebida partir das vivências e percepções de cada cultura. E sobre cultura visa preservar o aspecto cultural com criticidade que está devidamente atrelada não somente as bases materiais, mas considera questões identitário-simbólica (imateriais), que reivindica a sua origem e identidade territorial com intuito da preservação espacial e seus modos de seres e viver.

Segundo Lévy (2015 p.15), “a virada cultural certamente contribuiu para fazer avançar nosso olhar sobre o mundo social em certos domínios, a resposta a essa questão não é sempre consistente”. E essas duas características, são essenciais para esclarecer a lógica dessas hesitações. Ao abordar sobre os sentidos e diferenças das noções de cultura e tradição, sabe-se que diante da realidade.

A cultura é um fenômeno se origina, difunde-se e evolui no espaço em que se localiza esse fenômeno, o que se reflete sobre o tema é que a cultura está relacionada a um determinado espaço onde ocorrem os fenômenos de uma determinada sociedade, o que compete a se remeter ao gênero de vida, o meio pelo qual as combinações técnicas combinadas ao meio natural utilizados para sua sobrevivência, ao qual esse povo se adaptou, mas não de modo estático sofrendo modificações naturais, paisagísticas sobre a influência do homem nesse contexto formalizando o espaço geográfico (MAIA, 2001, p.5).

No caso dos indígenas, estes possuem da sua rica diversidade e pluralidade sociocultural que qualifica sua territorialidade política e uma identidade-cultural, cujas

diferentes práticas e/ou manifestações culturais representa estratégias de resistências em defesa de seus direitos à vida, à natureza, à terra e ao território frente ao pensamento hegemônico colonial. Assim, ao pensar na superação das narrativas coloniais, deve ser repensado a maneira como se concebe o tempo, o espaço e as diferenças, uma vez que a estrutura dessas narrativas se cristaliza a relação tempo-espaço (CARMO CRUZ, 2017). Nesse sentido:

Não devemos menosprezar, pelas nefastas consequências que têm trazido, todas essas modalidades de fundamentalismo. A diferença é tão sutil como radical – todo movimento de afirmação do direito à diferença parte da diversidade cultural como um atributo da espécie humana e, aqui, é preciso ressaltar o caráter cultural dessa diversidade, como invenção de cada povo, para recusar o essencialismo racista. Uma perspectiva emancipatória não pode ver a sua fonte, a diferença, como essência já dada desde sempre e para sempre, mas, sim, como estratégia cognitiva e política de afirmação e construção (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 47).

Partindo dessa dimensão temporal e espacial, em que se deve pensar no respeito as diferenças e a diversidade cultural dos povos indígenas como uma estratégia política de afirmação étnica e identitária frente as pressões impostas pelos dispositivos coloniais de ocultamento e invisibilidades, é que o entendimento de cultura indígena é concebido:

A cultura indígena em nada se refere ao grau de interação com a sociedade nacional, mas com a maneira de ver e de se situar no mundo; com a forma de organizar a vida social, política, econômica e espiritual de cada povo. Neste sentido, cada povo tem uma cultura distinta da outra, porque se situa no mundo e se relaciona com ele de maneira própria (LUCIANO, 2006, p. 46).

E essa cultura indígena que é diversificada e a que reforça a verdadeira história do território brasileiro, está relacionada com a forma de organização do espaço, onde se entende que está diretamente relacionada à vida social, está relacionada politicamente e economicamente com cada povo e também suas manifestações/organizações política, ancestral e espiritual. E considerando os valores próprios, imediatos ou históricos, se tem a forma simbólica de entender sobre a função característica de cada objeto e sua ação.



“Não existe uma cultura que se mantém monoliticamente estática, visto que em sua concepção o homem é um ser dialético que motivado pelas suas necessidades incorpora ou dá novos significados em sua visão de mundo, portanto encontra-se em permanente construção. A sociedade, mais do que o próprio indivíduo, é detentora do legado cultural, sendo a unidade principal em que se luta pela existência, logo a cultura em permanente transformação pelas gerações sucessivas enriquece frequentemente seu conteúdo. Essa dialética é essencial para o aprimoramento das relações humanas que se constroem com o exercício das experiências socioespaciais, sendo que na “cultura inclui-se o sistema de meios e mecanismos elaborados extrabiologicamente, graças aos quais se motiva, orienta, coordena, realiza e garante a atividade do homem” (FUNARI, 1996, p. 12).

Observou que em comunidades indígenas brasileiras, os líderes tradicionais continuam com as obrigações de guiar os seus povos, mas quando há conflitos entre eles, “recorrem a seus sistemas de decisão, buscando mediadores, sistemas orais de diálogo, assembleias comunitárias, conselhos de anciãos ou tribunais específicos instituídos para cada situação” (LUCIANO, 2006, p.98), resultando em suas práticas socioculturais de grande representatividade simbólica.

A importância simbólica indubitável do ancião em sociedade indígena brasileira também transparece em Luciano (2006, p.102): “Quando dançam e realizam seus rituais, estão fazendo uma experiência de encontro com a natureza, com o mundo dos anciãos e dos sábios que estão vivos no outro lado da vida”. Todas essas práticas espaciais oriunda da cultura e identidade indígena faz parte de sua ancestralidade e espiritualidade, qualificando suas diferentes manifestações culturais e organização sociopolítica no território.

Ainda conforme Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), observa-se que ele traz uma abordagem sobre o pluralismo jurídico parte da necessidade de uma interpretação pluricultural das leis, é dizer, do reconhecimento de diferentes funções, contextos e fins sociais das distintas normas jurídicas. O que é apontado nesse sentido, que o pluralismo jurídico reflete uma aplicação da pluriculturalidade, sendo acrescentada a um sistema baseado no reconhecimento e inclusão indígena, com a estrutura legal, dando certa atenção e cabida à particularidade étnica.

Como apontado por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), “os territórios na América Latina foram construídos, desde 1492, sob o peso da colonialidade, com a massiva espoliação de terras de populações ancestrais que habitavam este imenso continente. Esses povos foram dominados e seus saberes subalternizados”. No entanto, no sentido de suas re-existências e resiliências, os territórios se apresentam como estruturas de poder que se

escrevem de forma hegemônica nos territórios indígenas, materializando a formas de colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza.

Como parte das manifestações e atividade humanas, de forma significativa, se apresenta, pela alimentação, pela cerimônia que antecede o casamento, através da educação, a inserção da arte e a ministração de saberes relacionados a identidade cultural, como características do que se vive, no sentido de que é impregnado pelo poder divino, ou seja, o mito sendo reafirmado, com uma grande experiência, que é verdadeiramente religiosa, uma vez que se trata de uma vivência que se distingue da vida cotidiana. Conforme expressa Eliade, (1963):

A religiosidade dessa experiência deve-se ao fato de que, ao reatualizar os eventos fabulosos, exaltantes, significativos, assistem-se novamente às obras criadoras dos Entes Sobrenaturais; deixa-se de existir no mundo de todos os dias e penetra-se num mundo transfigurado, autoral, impregnado da presença dos Entes Sobrenaturais. Não se trata de uma comemoração dos eventos míticos, mas de sua reiteração”. (ELIADE, 1963, p. 22).

Observa-se que ainda conforme Rita (1986) que os mitos, os rituais, as tradições indígenas representam modelos complexos que expressam as concepções desses povos a respeito da origem do universo e de todas as coisas que existem no mundo. Por meio dos rituais, é possível descrever sobre a origem povos, das relações e dinâmicas ecológicas entre os animais, as plantas e outros elementos que compõe a natureza, e expressam os eventos que marcam o nascimento, o casamento, a preparação para a vida adulta, e até mesmo a morte.

Segundo as argumentações de Lana (1995), a mitologia e as lendas indígenas estão relacionadas aos encantados e aos seres sobrenaturais que habitam as matas, os rios, igarapés, igapós, e protegem os animais. Essas histórias são narradas no seio da sociedade indígena e servem de doutrina para os membros da comunidade. Nesta perspectiva, argumenta Vidal (2000, p. 13):

“O homem ocidental tende a julgar as artes dos povos indígenas como se pertencessem à ordem estática de um Éden perdido. Dessa forma, o deixa captar, usufruir e incluir no contexto das artes contemporâneas, em pé de igualdade, manifestações estéticas de grande beleza e profundo significado humano” (VIDAL, 2000, p. 13)

Como apontado por Luciano (2006), nos últimos anos, os povos indígenas, após anos de escravidão, dominação e repressão cultural, de Norte a Sul do Brasil, começam a retomar seus projetos sociais étnicos e identitários. E suas culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas, com rituais e cerimônias tradicionais, voltando a fazer parte da vida

cotidiana dos povos indígenas nas aldeias e nas grandes cidades brasileiras, principalmente na Amazônia.

#### **1.4. Marcadores territoriais como estratégia de luta e resistência**

Ao abordar sobre a temática é possível analisar sobre os conceitos existentes sobre a construção desses valores, conforme Almeida Silva (2015), a construção de valores ancestrais e cosmogônicos faz parte dos Marcadores Territoriais, caracterizando-se como um processo de (re)constructo de valores intrínsecos os quais implicam em uma série de atributos como a defesa territorial, a territorialidade, a cultura e a espiritualidade e, assim contribui categoricamente na organização de seu espaço.

Essas práticas são resultantes da eficácia desenvolvida na vida social, como produto da estrutura de relações sociais e inseridas no sistema capitalista, sendo influenciadas e explicadas pela imposição do sistema frente às relações sociais, expressas na divisão de classes. Explica-se, portanto, a acentuada contradição o na forma de acesso aos meios de produção e de consumo, refletindo diretamente no modo de vida de determinado povo, por conseguinte no território. (ALMEIDA SILVA 2007, p. 19).

Sobre os Marcadores Territoriais, entendem-se que são símbolos que representam as concepções de um indivíduo ou de um povo, que se atrelam à vivência de um indivíduo e suas experiências de vida em um dado território, entrelaçada por sentimentos, emoções, percepções, representações simbólicas trazendo-as como tradições e costumes ao presente em suas territorialidades, como sua identidade culturas que relacionando seu espaço vivido com o percebido.

Com relação aos povos indígenas com a cultura e vivências, é preciso se basear nos marcadores territoriais, sabendo que é importante entender conforme Almeida (2015), que os elementos materiais e imateriais presentes no território são definidoras das espacialidades e territorialidades. Nesse sentido, está relacionado às vivências, experiências, valores e costumes, concebendo no espaço de ação, identidades culturais e pertencimento ao lugar, marcado por significados, principalmente em territórios de povos indígenas.

Ainda sobre os marcadores territoriais, sabe-se que são como um portal ligado aos diversos significados, atribuídos pelo coletivo através de uma relativização, com a espacialidade apresentada entre as vivências e experiências do modo de vida, sentimentos, percepções, espiritualidade. Conforme Almeida (2015, p 106), "símbolos que ocorrem enquanto espaço de ação, definir territorialidade vinculada a cosmologia em experiências sócio-espaciais e possibilitam a formação das identidades culturais e do pertencimento identitário".

Entende-se que esses coletivos indígenas têm em comum uma percepção de maneira que fique registrada em seu território em sua espacialidade. Deste modo, podemos entender de forma simbólica que os valores culturais e imateriais não somente os sentidos humanos conseguem captar, mas também as identidades, culturais, o valor percebido, o lugar sagrado, todos têm a sua importância no contexto étnico tradicional.

“É inegável a importância da língua para um povo indígena, e foi sabendo disso se a empresa colonial brasileira, desde o início, tratou de cuidar do fato, autoritariamente monolinguístico, tornando a língua estrangeira -o português- a única a ser oficialmente conhecida”, e isso traz um negacionismo para a importância identidade cultural, ou seja, da língua falada, do espaço percebido, o fato do pensamento e colonialista não aceitar as línguas dos povos indígenas como verdadeiras, prejudicou nos tempos coloniais o desenvolvimento das identidades culturais e linguísticas” (LUCIANO, 2016, p.123).

Diante disso, os marcadores territoriais, sem dúvida, nada mais são como um portal ligado aos diversos significados atribuídos pelos povos indígenas, configurado através de uma ação relativa. Isto afere na vivência, na manifestação, no ritual, no costume, no modo de vida, dentre outros, cuja conexão esteja ligada ao superlativo conceito, principalmente, os símbolos apresentados por Almeida Silva et al. (2015):

“[...] Símbolos que ocorrem enquanto espaço de ação, definem territorialidades vinculadas à cosmogonia e experiências socioespaciais e possibilitam a formação das identidades culturais e do pertencimento identitário. Sendo assim, os “marcadores territoriais” são experiências, vivências, sentidos, sentimentos, percepções, espiritualidade, significados, formas, representações simbólicas e presentificações que permitem a qualificação do espaço e do território como dimensão das relações do espaço de ação, imbricados de conteúdos geográficos”. (ALMEIDA SILVA et al. 2015, p. 106).

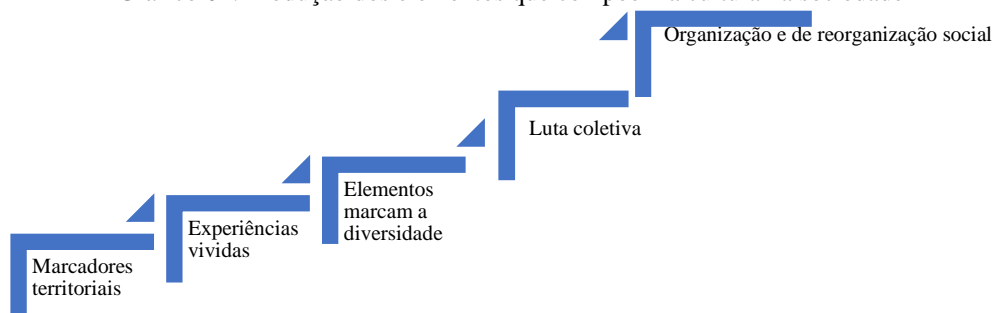
Ainda com base no entendimento sobre os símbolos, sabe-se que diante das territorialidades, a vinculação da cosmogonia se refere ao estudo da origem de determinados objetos e as experiências socioespaciais, são adquiridas através das classes ou grupos sociais, de um determinado espaço, ocupando o seu território na sociedade. Com base no entendimento sobre as fronteiras étnicas que estão permeadas de acordo cultural definindo a diferenciação, segundo Almeida Silva (2007, p. 21), “os povos indígenas e outros povos, embora exista enorme confusão e exagero, pois ao tentarmos classificar todos como um povo só, incorremos na atribuição de nomes depreciativos”. Essa maneira de ver os povos indígenas e atribuir padrões e estereótipos é resultante de práticas de descololialidade que violentam corpos, negam identidade e atribuem a exploração de seus territórios.

Com isso uma importante base teórica sobre os “marcadores territoriais”, abordam que as categorias elementares no sentido do significado de terra indígena especificamente, sobre o pensamento, de todos os coletivos indígenas, e o que eles têm em comum, uma ideia dos fundamentos resolvido na espacialidade que compõe no seu próprio território, bem como o concreto que de certa maneira fica registrada nos territórios culturais.

Os marcadores territoriais, ainda conforme Almeida Silva (2007), não possuem exclusivamente uma única forma e cor específica, racionalidade funcional e econômica privativas, nem tampouco uma mera esfera de localização do espaço e/ou território, antes de tudo isso são portadores de formas e representações simbólicas para seus habitantes e frequentadores e integram o constructo da identidade pessoal, coletiva e da organização socioespacial.

Neste contexto, o conceito e a abordagem de marcadores territoriais para os povos indígenas são entendidos sob uma perspectiva crítica e dialética, no tange a geografia e pensamento descolonial. De acordo com essa abordagem o povo indígena, constrói um pilar de luta coletiva e veem se fortalecendo a cada dia, e essa forma de organização e de reorganização social, vem trazer um ordenamento e reordenamento em termos de relações espaciais em suas bases territoriais. E por isso acredita-se que a territorialização é entendida como uma retomada territorial, uma ressignificação dos valores culturais.

Gráfico 01: Produção dos elementos que compõem a cultura na sociedade



Organização: GOMES, W. C., 2022.

E essas etapas reafirmam a construção das formas simbólicas e representações dos marcadores territoriais, sendo importantes instrumentos que possibilitam o entendimento sobre a realidade do espaço de ação e de como os coletivos humanos se organizam espacialmente e criam seus modos de vida integrados ao meio. Todos os marcadores territoriais dos povos

indígenas são entendidos a partir de sua organização social, de suas lutas sociais e formas de existências territoriais em defesa da vida, da terra, da natureza e do território.

Os marcadores territoriais compostos de estruturas estruturantes são importantes meios como representação mental destinada à orientação humana. Sobre o pensamento, Almeida Silva (2015), “no que se referem a outras culturas, as cores como elementos simbólicos dos “marcadores territoriais” assumem outras perspectivas de semantização e significados, assim a cor branca para os orientais relaciona-se à morte e o preto à vida, enquanto que para a maioria das culturas ocidentais a interpretação sobre essas cores é oposta àquela representação.

Ao adotar o conceito e a abordagem de “marcadores de territoriais” para o entendimento dos povos indígenas da Amazônia neste este trabalho, entende-se que o território deve ser entendido não somente no seu campo material, mas em uma dimensão simbólica-identitária. Nesse sentido, o conjunto de símbolos e práticas espaciais/territoriais que envolve uma determina cultura, principalmente dos povos indígenas, envolve a saberes, conhecimentos, vivências, experiências, ancestralidade, espiritualidade, bem inclui nesse debate lutas políticas e prática de resistência frente aos dispositivos impostos pela colonialidade que nega a existência de ser indígena e o direito ao território para os povos indígenas.

## **CAPITULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

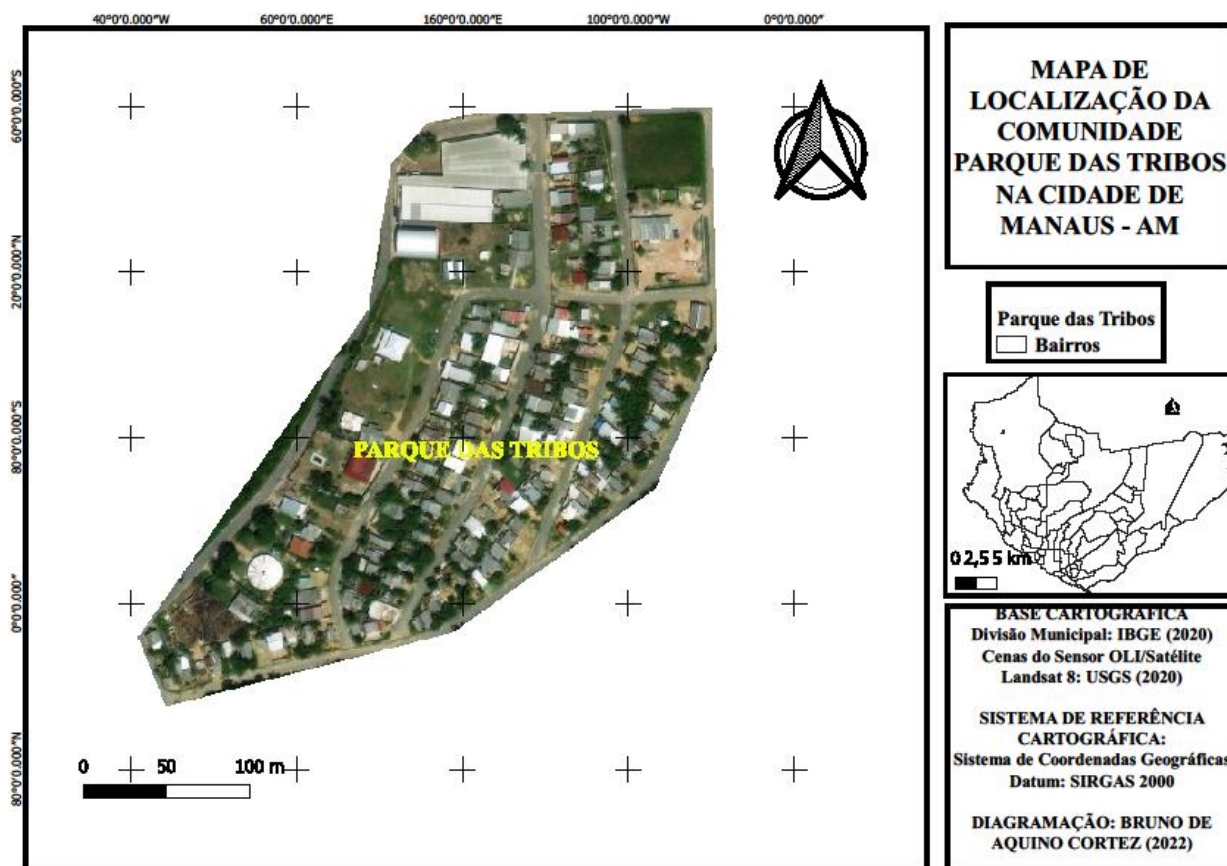
Este capítulo traz um detalhamento sobre a área de estudo (recorte espacial escolhido), o método, a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho. Como é abordado por Gil (2008, p. 26), “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”, o que vem a concatenar com a ideia de descobrir novos horizontes no âmbito da construção de novos conhecimentos científicos.

A escolha do método e dos instrumentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa foram importantes para conhecer a realidade pesquisada, no que tange as categorias de identidade, manifestações culturais, território/territorialidade e marcadores territoriais da Comunidade Parque das Tribos de Traumã-Açu, sob a perspectiva da corrente filosófica do método dialético, onde a realidade do fenômeno questão é entendido por meio das contradições, qualificado por meio das lutas, disputas e re-existências frente aos dispositivos da Colonialidade do Poder, do Saber, do Ser e da Natureza.

### **2.1. Área de Estudo**

O Parque das Tribos está localizado na rua Rio Purus, 702, bairro Tarumã, na Zona oeste de Manaus, estado do Amazonas, (Figura 02), que foi se formando o território, que é ocupado principalmente pelos indígenas, sendo abastecida com água encanada, luz elétrica e ruas asfaltadas, e essa conquista é atual.

Figura 02: Mapa de Localização do Bairro Parque das Tribos Manaus – Amazonas



Fonte: CORTEZ, Bruno. 2022

A comunidade abriga mais de 700 famílias de 35 etnias distintas e é liderada por uma mulher, a Cacika Lutana Kokama. Foi o pai dela que iniciou o lugar em 1986, mas só em 2014 Lutana conseguiu, após muita luta o reconhecimento da Justiça e da Gestão Municipal.

A regularização fundiária segundo a Prefeitura de Manaus, 2022, é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, e para garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Fez-se necessário a implementação da Lei nº 11.977/2009, que estabeleceu em seu artigo 1: a ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental. E isso vem beneficiar os moradores da localidade, possibilitando uma nova descoberta acerca do bairro.



## 2.2. O Método

O método pode possibilitar a escolha do melhor caminho para a realização do estudo, por mais prático ou mais científico que seja o método além de resgatar nos alunos o pensar, o interpretar, também ajuda a agregar conhecimentos para que se consiga chegar até o fim de uma forma mais organizada do objetivo.

A escolha de um método pode ser considerado de forma sistemática o percurso e as decisões que o indivíduo deve tomar para se alcançar através da pesquisa o conhecimento científico sobre determinado assunto, e de acordo com Gil (2008, p. 27), método pode ser definido como “o caminho para se chegar a um determinado fim”, o que reitera a necessidade do investigador em procurar o método mais apropriado ao fenômeno a ser analisado, dada a importância de uma reflexão sobre a lógica e a sistemática que deve ser aplicada nas etapas da sua pesquisa.

Neste contexto, o método utilizado nessa pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório é o método dialético, pois entende que o modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual. Relação infraestrutura/superestrutura deve ser entendida dialeticamente (GIL, 2008). Esse método está embasado no movimento da história, uma vez que a crítica ao modo de produção capitalista é necessária, pois é através dele que gera no seu interior processo desigual e contraditório.

É na dialética que entendemos o mundo e a realidade a partir das contradições, pois “a dialética é modo de pensarmos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2011 p. 8-9). Ao pensar a realidade a partir de uma totalidade entendemos que no mundo a afirmação de um significa a negação do outro. Assim:

É o desenvolvimento do pensamento dialético. Consiste na apresentação de duas posições fundamentais, referentes aos enfoques de um tema. Ressaltando-se as oposições ou contradições, surgem novos elementos convergentes ou divergentes entre si, cuja função é comprovar ou rejeitar hipóteses, ideias etc., ou servir de argumentos complementares para as mesmas. Procede-se da seguinte forma: os aspectos que se opõem frontalmente são desenvolvidos em separado (tese e antítese), depois analisados em conjunto, objetivando a confrontação e a integração (síntese) (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 177).

Esse caminho apontado pelo método é marcado por teses, antíteses e síntese, o indicativo da totalização das contradições. Ainda segundo Lakatos e Marconi, (2003 p. 106), “o método dialético, que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. Sendo

assim, estudo da identidade, manifestação, território e territorialidade no Parque das Tribos é o indicativo dos conflitos, das disputas e das lutas dos povos indígenas para a conquista e defesa de seu território frente aos dispositivos da Colonialidade do Poder, do Saber, do Ser e da Natureza.

### **2.3. Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos operacionais que compreendem um conjunto de levantamento de dados e ou informações acerca do fenômeno pesquisado. Nesse sentido foram realizadas pesquisa bibliográficas com autores que discutem a temática abordada nesse trabalho, a pesquisa documental disponibilizadas e acessadas em ferramentas digitais (internet) e a realização de uma pesquisa de campo no Parque das Tribos, recorte espacial desse estudo de TCC, com povos indígenas, principalmente, mulheres indígenas que são representativas, engajadas na luta territorial, ancestral e espiritual em defesa do seu território de vida e da natureza no contexto da cidade de Manaus-AM, área de perímetro urbano com vivem diversos grupos étnicos indígenas.

#### **2.3.1 Levantamento e Revisão Bibliográfica**

Para revisão bibliográfica e levantamento de referências foi realizado uma revisão teórica conceitual e teórica metodológica por meio de uma pesquisa bibliográfica em livros, capítulos de livros, artigos, teses e monografias, objetivando conhecer como foi o processo de colonização e a geografia dos territórios dos povos indígenas, abordagem território e territorialidade, as manifestações culturais, os marcadores territoriais. Os principais autores revisados Andrade (2004), Straforini (2018), Carmo Cruz (2017), Luciano (2006), Haesbaert (2004; 2008; 2021), Porto Gonçalves (2006; 2017) Almeida Silva (2007; 2015).

#### **2.3.2 Levantamento documental e dados estatísticos**

Ao abordar sobre a pesquisa documental e pesquisa estatística (dados e/ou informações numéricos com datações e quantitativos) por meio da obtenção das informações junto às instituições, às plataformas digitais (sites públicos diversificados) e materiais disponibilizados pelas sujeitas das entrevistas, nas quais narram a história de conquista do território do Parque das Tribos. Além do mais haviam sites que disponibilizam fotos públicas que acontecimentos referentes as entrevistadas e a área de estudo.

### 2.3.3 Entrevistas e Observação Direta

Foi realizada a pesquisa de campo no Parque das Tribos, por meio de entrevistas não estruturadas (perguntas abertas) com representantes e mulheres indígenas narrando sobre a história e conquista do território do Parque das Tribos, as lutas, as estratégias de re-existências criadas frente ao Estado e aos agentes da colonialidade (Poder, Saber, Ser e da Natureza) e os desafios atuais e futuros para melhoria das condições de vida dos diferentes grupos pluriétnicos (35 etnias) de povos indígenas que vivem no Parque das Tribos.

Essas entrevistas foram gravadas (gravador de voz) e transcritas por meio de textos, com o uso do celular Samsung. Ouve ainda observação direta na área em estudo, bem como o uso de registros fotográficos (uso de imagens do ambiente investigado) e a produção cartográfica para localização da área em estudo.

Essas perguntas foram feitas durante o desenvolvimento do trabalho de campo, onde foi empregado no intuito de averiguar a vivência e experiência de vida dos povos indígenas do Parque das Tribos, bem como as suas lutas, desafios e re-existências ao direito a vida, a natureza, cultura e ao território.

[...] Quem vai fazer um tipo de trabalho científico parte do pressuposto de que a realidade – ou seja, os fenômenos a serem desvendados – não estão diante de nossos olhos e, portanto, precisamos descobri-los, investiga-los.”, trazer respostas através da ciência para descrever sobre a observação da localidade (TAUIL ET AL, 2018, p.23).

Durante a visitação e entrevista com as representantes da comunidade indígena, na data de 26 de fevereiro a 05 de março de 2022, no Bairro Parque das Tribos, foi possível realizar as perguntas para as entrevistadas mulheres indígenas e as principais protagonistas da luta e causas indígenas, Vanda Witoto e a Cacika Lutana Kokama, que resultaram na escrita desse trabalho. Sobre o território Parque das Tribos, área de estudo desse trabalho, as perguntas foram gravadas para depois ocorrer a análise e sistematização das informações.

Fale sobre a sua história na localidade; Como se deu o processo de ocupação do território na localidade; Como foi que tudo começou; Quais as figuras mais representativas para o início das lutas; Como se deu os planejamentos para a aquisição do território; Sobre as principais barreiras enfrentadas para conseguir alcançar os objetivos; Diante de tantas dificuldades, quais as maneiras encontradas para não desistir da ocupação; Fale sobre os espaços de conhecimento na comunidade; Aborde sobre as etnias; E sobre a cultura, a dança, e as manifestações culturais em geral.

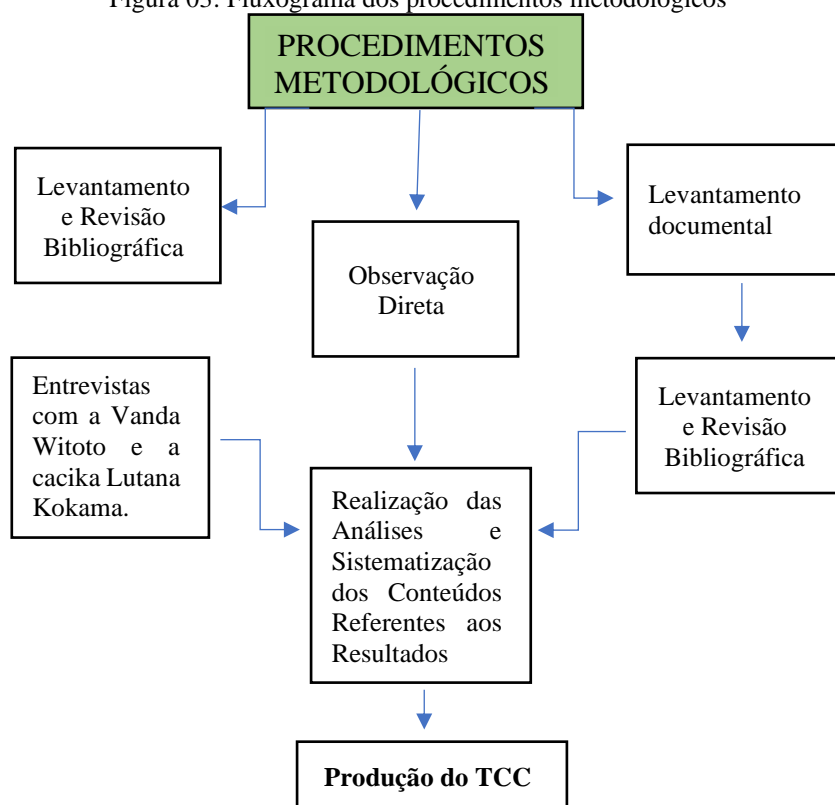
### 2.3.4 Realização das Análises e Sistematização dos Conteúdos Referentes aos Resultados

Para a realização dessas análises das entrevistas, foi possível coletar os dados através de áudios, fotos, e participação em eventos na localidade, eventos como: apresentação de dança indígena e cânticos do Povo Witoto, Exposição da Feira dos Artesãos da comunidade e a exposição de Moda Indígena na Malocão e também as análise dos vídeos e gravações das entrevistadas, escrita dos conceitos e pesquisas relacionadas aos noticiários e dados jornalísticos sobre a comunidade.

Sabe-se que a análise da mesma se constitui como uma abordagem original, utilizada para identificar as funções de um determinado assunto, avaliá-las e finalmente propor uma forma alternativa de desempenhá-las, a fim de discutir de maneira científica sobre os caminhos percorridos para se chegar em um resultado satisfatório diante de uma problemática, ou seja, diante de perguntas atinentes ao assunto.

Para obtenção dos resultados, se fez necessário seguir alguns procedimentos metodológicos, visando alcançar os objetivos que possam explicar os fenômenos estudados, então nessa última etapa, de análise e sistematização dos conteúdos referentes aos resultados, foram feitas as devidas análises desses conteúdos e está discorrido como resultado nos próximos capítulos.

Figura 03: Fluxograma dos procedimentos metodológicos



Fonte: GOMES, W. C., 2022.

A Figura 3 apresenta um fluxograma detalhado do esquema dos procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, na qual mostra como esses foram planejados para a elaboração deste estudo e sua ordem de realização, desde os primeiros procedimentos até a obtenção dos resultados e a conclusão do TCC, tendo em vista tanto o estudo teórico, quanto a pesquisa de campo.

### **CAPÍTULO 3 – GEOGRAFIA E PENSAMENTO DESCOLONIAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE DAS TRIBOS, MANAUS-AM**

Este capítulo terceiro demonstra que com base na Geografia e pensamento descolonial dos povos indígenas do Parque das Tribos, Manaus-AM, sabe-se que esses conceitos da ciência geográfica são fundamentais para essa análise da relação do sujeito(as) de luta e de re-existência com o seu território, construindo uma verdadeira narrativa que parta do pensamento e concepção dos próprios povos indígenas que são os verdadeiros moradores dessa terra ancestral e espiritual (territórios materiais e imateriais).

O povo da Comunidade Parque das Tribos no Tarumã-açu em Manaus vive nessa ligação direta com a capital do Amazonas, na qual estabeleceu um território para se dizer seu, e agora está oportunizando múltiplas experiências e significados, principalmente, porque a territorialidade indígena guarda a história de seu povo. E essa história do seu povo se apresenta com algumas características, que são identificadas desde a formação do território, e também já são consolidadas, pertencentes ao desenvolvimento da metrópole Manaus, onde o processo de urbanização, foi necessário, trazendo um grande enfrentamento por território, que historicamente já vinha sendo disputada por esse povo que vivia nessa comunidade e em aldeias frente aos agentes coloniais que invadiram e pressionaram os territórios dos povos originários.

Por estarem buscando melhores condições de vida, foi possível que os indígenas, viessem para os centros urbanos, de onde vieram para o Manaus para estudar ou trabalhar, ou até mesmo para realizar o trabalho forçado, sem pagamento, sendo apresentado por muitos dos indígenas como uma relação de subsistência, onde eles viviam sob ameaças e violências.

Com isso a luta pela sustentação da identidade, após o deslocamento para as cidades é considerada complexa, pois diante da realidade, os indígenas, passamos a viver em outros territórios. Como a literatura apresenta, esse deslocamento dos indígenas para os centros urbanos de Manaus vem aumentando, sendo que o número de populações apresenta uma quantidade significativa de povos de indígenas na região, com um número maior que 200 etnias distribuída em diferentes espaços.

#### **3.1 Formação territorial e a conquista do território e os direitos territoriais**

Quando se fala em sobrevivência e preservação da cultura, da identidade e da língua, possível analisar que o Parque das Tribos no Tarumã-Açu, busca justamente, preservar a sua identidade, com a possibilidade de um indígena se reconhecer diante da localidade onde mora, e possam ter o direito de interagir com outros povos. Para apresentação das suas pinturas

corporais, suas artes, então a presença do indígena nos centros urbanos é algo para de discutir, pois essa manutenção de sua identidade cultural, da sua língua e das formas de resistência, na maioria das vezes é discriminada, pois o indígena quando vem morar na cidade, é visto como alguém fora do seu território, visão está marcada pelo dispositivo da colonialidade e exógena.

Essa luta é marcada pela chegada da família da atual Cacika, o que possibilitou o acontecimento da ocupação do território, as quais com o passar do tempo trouxeram disparidades regionais e populacionais, refletindo-se nos serviços básicos propostos pelo Estado como: educação, saúde e segurança, almejando a infraestrutura e saneamento básico. O Parque das Tribos apresenta constantemente desafios quando se trata das vivências de uma comunidade indígena na cidade de Manaus, pois, desde a chegada dos povos indígenas para a localidade, se iniciaram também as lutas para formar e manter a comunidade.

No que se refere a comunidade, é que até hoje é possível presenciar diante das lutas e ressignificações os desafios no território pesquisado. Com as entrevistas foi possível perceber que as conquistas foram diversas, porém ainda existe um a constância para melhoria da comunidade. A presença de populações indígenas circulando e vivendo no espaço urbano da cidade foi registrada a partir do ano de 1920 (Figura 4), se intensificando a partir de 1950, quando os indígenas passaram a se deslocar para a cidade. E essa intensificação se deu devido à procura por melhorias de vida e também a procura por espaço e moradia diante das enfermidades enfrentadas nas aldeias.

Figura 04: Primeira Moradia dos Parques das Tribos



Fonte: MUSTAFA, Amanda R. 2016.

No caso da comunidade indígena Parque das Tribos, o crescimento demográfico ocorreu de forma gradativa, começando em 1980 com a família de Dona Raimunda da Cruz Ribeiro de 76 anos, sabe-se que a origem de Dona Raimunda (Mãe da Cacika Lutana) da etnia Kokama e seu esposo João Diniz Albuquerque, que faleceu em 2004, aos 55 anos de idade, da etnia Baré, vieram da região do Médio Rio Solimões, próximo ao município de Tefé, no Oeste do Estado, e logo depois, vieram outras famílias indígenas, em busca de cuidados médicos, e também em busca de educação.

E assim foi se formando o Parque das Tribos, onde o território é ocupado principalmente pelos indígenas, sendo abastecida com água encanada, luz elétrica e ruas asfaltadas. Porém essa conquista é atual, pois antigamente a comunidade que se localiza na rua Rio Purus, 702, bairro Tarumã, na zona oeste de Manaus, não tinha esses recursos.

Sobre a formação da comunidade, sabe-se que a primeira casa feita na comunidade foi da família da atual líder da Comunidade Parque das Tribos Lucenilda Albuquerque, conhecida na comunidade como Lutana, nome originado da palavra luta, pelo fato de ser uma indígena muito aguerrida nas causas do seu povo e da reivindicação territorial da comunidade parque das tribos. A entrevista Cacika Lutana, (2016) afirma:

Aí eu comecei a ver as famílias que precisavam de moradia eu fui deixando fazerem moradia, primeiro veio uma família Baré, depois outra aí apareceu um senhor em 2012 né que eu o chamei pra ajudar a trabalhar, mas depois ele já queria invadir a terra sem ter um documento na mão [...] se intitulou cacique e ficou colocando pessoas de fora que a gente não conhecia colocando a vida das pessoas daqui em risco aí eu falei pra ele que ele não podia fazer desse jeito se não ia dar confusão e alguém podia morrer, fizemos uma reunião e ninguém queria mais ele, então ele se revoltou e foi morar nesse outro lado que chama aldeia indígena Kokama do Cristo Rei (LUTANA, Julho, 2016).

Nos dias 26 de fevereiro e 05 de março de 2022, foi realizada a visita de campo, juntamente com a orientadora professora Ma. Francilene Sales da Conceição, até a localidade para entender melhor sobre as abordagens a serem discutidas na monografia, e o que é oportuno falar e que diante das vivências na comunidade Parque das Tribos, obtive informações com as representações femininas da comunidade, e conforme a Cacika Lutana, sabe-se que a comunidade foi criada no quintal da comunidade, a Cristo Rei, sendo parte mais ancestral, ocupado principalmente pelas famílias não indígenas, é mais urbana, e abastecida com água encanada, luz elétrica e ruas asfaltadas.

Ainda em uma entrevista concedida pela a líder e Cacika da Comunidade Lutana, foi possível entender que os primeiros povos indígenas que começaram a ocupar o território localidade. Foi o seu João, o qual a localidade era coberta de mato, onde se deu início a sua



plantação. Todavia, outros indígenas, procuraram o casal para pedir uma moradia, ou seja, um local para uma moradia digna, ainda segundo a entrevista com a Cacika Lutana, (2016):

Aí foi então que eu chamei meu primo em 2013 pra fazer esse trabalho, como ele tem mais estudo e tem mais conhecimento né, então ele que ia me ajudar e com esse trabalho na comunidade. Aí ele fez um documento pedindo a moradia né, justamente pro indígena e para as famílias carentes [...] e quem chega recebe um pedaço de terra do tamanho 10x20. Mas antes da gente entrar aqui a gente um entrou assim chegamos e entramos não, a gente avisou as autoridades que a gente ia entrar nessa terra, aí a gente veio aqui demarcou lote por lote, quantas família que ia entrar na terra (LUTANA, Julho, 2016).

O antigo cacique da comunidade Parque das Tribos, Sr. Messias, da etnia Kokama, confirmou a filha, antes do falecimento para a família de Lutana, que foi o primeiro a chegar com a sua família ao local, na década de 1980, período que foi marcado por migrações indígenas ao perímetro urbano da cidade de Manaus.

Figura 05: Entrevista com a Cacika Lutana



Fonte: SILVA, Mirian R. 2022.

Conforme os familiares da Cacika Lutana, que tem o significado do nome de Lutas e Resistência, afirma que o seu tio, Sr. João Diniz, da etnia Baré, juntamente com sua esposa Dona Raimunda, da etnia Kokama, e seus filhos, saíram do interior do Amazonas, na década de 1970, em busca de melhores condições de vida. Partiram de Alvarães (AM) com destino a Uarini. Tempos depois, migraram para Tefé e de lá decidiram vir para Manaus. Chegando à capital amazonense, foram trabalhar em um sítio na BR-174, km 99, onde seu pai foi caseiro.

Ainda conforme a entrevista a Cacika Lutana, fala que seu pai, percebeu que existia uma grande área de terra inativa, e ninguém havia aparecido para reivindicar a posse da terra. Porém com um tempo, foi possível perceber segundo a entrevistada que podia se dizer que toda aquela superfície era uma floresta com nascentes e igarapés por alguns pontos do solo, e foi quando o seu João procurou aos órgãos competentes para saber a situação, e foi assim, que o indígena acabou descobrindo que a terra não havia dono.

Segundo a Cacika, era possível identificar quanto às pessoas precisavam território, sendo possível identificar que as famílias começaram a vir para a cidade, seja para se tratar de assuntos de saúde, e também alguns precisavam de moradia, então a luta das indígenas pelo direito de existir com sua cultura é muito grande, sendo o primeiro bairro indígena de Manaus, o Parque das Tribos, vem trazer uma cultura indígena riquíssima.

Um mulher indígena de destaque, técnica de enfermagem, professora indígena, militante e lutadora das causas indígenas, é a Acadêmica de Pedagogia da UEA Vanda Witoto, que não só ficou na cidade, mais também participou da fundação do primeiro bairro indígena oficializado pela prefeitura de Manaus, o Parque das Tribos, onde é professora e uma das lideranças femininas e protagonista da luta e inspiração de muitas mulheres indígenas por sua força e fala potente em defesa do território da vida/cultura/natureza/ancestralidade/espiritualidade do povos indígenas.

Figura 06: Entrevista com a Acadêmica de Pedagogia da UEA, Vanda Witoto



Fonte: SILVA, M., 2022.

A comunidade abriga mais de 700 famílias de 35 etnias distintas e é liderada por uma mulher, a Cacika Lutana Kokama. Foi o pai dela que iniciou o lugar em 1986, mas só em 2014 Lutana conseguiu, após muita luta o reconhecimento da Justiça e da Gestão Municipal. Sabe-se que as mulheres têm um papel fundamental como protagonismo na comunidade em que vive lutando para as melhores condições de existir. Essa conexão é feita através da cultura indígena em que o espaço urbano, gerou profundas mudanças, sociais, culturais, identitárias e linguísticas na vida desses povos. Conforme a tabela 03, é possível perceber que as etnias na localidade são diversificadas e plurais.

Tabela 03: Tabela com as 35 etnias da comunidade Parque das Tribos

<b>AS ETNIAS DA COMUNIDADE PARQUE DAS TRIBOS</b>		
1. wanano	14. Miranha	27. wanano
2. Kocama	15. Kambeba	28. Ranaa
3. Canamari	16. Caiapó	29. Riano
4. Baré	17. Miriti Tapuio	30. Tukano
5. Piratapuia	18. Wanano	31. Tuyuka
6. Witoto	19. Carapâno	32. Tupinambá Jaguari
7. Dessano	20. Tariana	33. Bara
8. Tuxaua	21. Guaraní	34. Hpda
9. Mura	22. Kulina	35. Yurupari tapuio
10. Apurinã	23. Barassana	
11. Baniwa	24. Hixcariano	
12. Munduruku	25. Kuripako,	
13. Sateré mawer	26. Marubo	

Fonte: SILVA, Samia, 2022.

Organização: CASTRO, W.G. 2022.

Ainda conforme Mustafa (2016), “a diversidade das línguas étnicas encontradas no Parque das Tribos é apresentada conforme a quantidade de línguas catalogadas por origem/etnias. Com isso o território é constituído como um espaço de diversidade, onde as etnias podem se apresentar de forma ressignificadas”, apesar de um espaço de resistências para os moradores Parque das Tribos, que fica na periferia da capital amazonense, e se tem vários povos em uma só nação, com a variedade de culturas e identidades culturais.

Figura 07: Pintura artística da comunidade Parque das Tribos



Fonte: CASTRO, W.G. 2022.

Sabe-se que atualmente na comunidade se tem pouca estrutura como falta de saneamento básico distribuição de energia elétrica apenas em 2018 passou a receber iluminação pública com apartamento e água. Como protagonista da história, destaca-se concretamente uma mulher Manuara que toma posse do maior cargo hierárquico da cultura indígena, desde a data de 24 de abril de 2021.

Essa representatividade, possibilita compreensão e oportunidades quando se fala em territorialidade, hoje diante da conquista, muitas mulheres passaram a desempenhar papéis fundamentais diante da comunidade. Como a herdeira tinha o poder requerer o território, e essa oportunidade se deu oficialmente quando ela conseguiu elaborar um projeto de moradia para o bairro, ajuda de outras lideranças, e depois das primeiras 200 famílias, veio à decisão favorável da justiça para que em 2014 originasse o parque das Tribos.

Figura 08: Primeiras 200 famílias



Fonte: Parque\_das\_Tribos\_Oficial, 2022.

Sabendo que na comunidade Parque das Tribos é composta por mulheres como Lutana Kokama, Vanda Witoto e Claudia Baré, essa última foi citada pelas duas primeiras entrevistadas como uma mulher de grande representatividade na comunidade e luta juntamente com a Cacika Lutana Kokama, e a Acadêmica Vanda Witoto, por melhores e condições de reconexão com a cultura indígena no espaço urbano.

Sobre o contexto de Cláudia Baré, de 44 anos sabe-se que ela é formada em pedagogia, e a indígena viu na comunidade uma forma de mostrar a educação para a sociedade no Parque das Tribos como um sinônimo de fortalecimento dessa Cultura, sendo implementada a escola indígena se chama espaço cultural Uka Umbuesada Wakenal Animarehi, como apoio do antigo cacique Messias Kokama, que faleceu devido complicações do vírus da Covid 19.

### **3.2. As formas de enfrentamento à Colonialidade do Poder, Saber, Ser e da Natureza**

Nessa perspectiva de compreensão, é impossível pensar nas formas de enfrentamento à Colonialidade do Poder, Saber, Ser e da Natureza, como forma de triunfos da modernidade ocidental, que diante da colonialidade apresenta a sua modernidade, e está presente uma forma de dominação, onde pensamento eurocêntrico tem uma crença de que existe certa “superioridade” étnico-racial sobre outros povos, principalmente povos indígenas.

E essa colonização no Parque das Tribos, tem suas principais características, marcadas pelas formas de povoação e de conquistas, onde sabemos que os termos citados estão diretamente ligados às relações de poder, e nessa determinada comunidade, os indígenas tem certo domínio, pois essa conquista dos indígenas vai afirmar a identidade e discussão sobre identidade, manifestação, território e as estratégias de lutas e re-existências dos povos indígenas da comunidade.

Assim, sobre a cultura indígena no território, se entende que existem os mitos, os rituais, as tradições que possibilitam uma expressão das concepções desses diversos povos, e por meio dos rituais, é possível descrever sobre a origem dos povos indígenas e as relações existentes entre ser humano (mulheres e homens) e natureza. Sabe-se que cada uma das diversas sociedades indígenas elabora suas próprias explicações a respeito do mundo, apresentando respostas do surgimento dos fenômenos da natureza, dos espíritos e dos seres sobrenaturais. E por isso a cultura, enquanto produção simbólica do pensamento humano, vem acompanhando o homem e a sua evolução desde os tempos antigos.

Conforme Laraia (1986), cultura é processo acumulativo, resultante de toda experiência histórica das gerações anteriores, processo este que limita ou estimula a ação criativa do indivíduo. E associando com os resultados da pesquisa no Parque das Tribos, é possível enxergar as formas de colonialidade do poder, saber, ser e da natureza no parque das tribos pelo Estado e agentes colonialidade (externos). Essas formas de colonialidade são assim observadas:

Sobre o **poder**, podem ser observadas desde o processo de luta pela conquista do território do Parque das Tribos na área de perímetro urbano, no qual é reforçado com a ausência dos Estado, da ação das igrejas e das demais pressões recebidas de agentes coloniais (externos) que veem como “inferiores”, “não civilizados” e “não modernos”. Mas estratégias de re-existências surgem frente a esse processo como forma de garantir fortalecida sua identidade, território/territorialidade e sua cultura. Por outro lado, através da Fundação Amazônia Sustentável (FAZ) e a Embaixada da França, o Programa de Restauração Ecológica e Urbanização Sustentável da Amazônia (Reusa), o Parque das Tribos apresenta essa parceria que foi fundamental para a formação de cinco obras estruturantes que começaram em 2020, e hoje serve de espaço de poder, de saber e de expressar as manifestações culturais na comunidade, que é a Maloca dos Povos Indígenas Parque das Tribos, a Casa das Mulheres, a Casa de Saúde, a restauração ecológica de um lago e a reforma da Escola Espaço Cultural;

Sobre o **saber** os agentes colonizadores acabam negando seus diversos conhecimentos e saberes que são produzidos a séculos e que de fato reproduz a verdadeira história do país e que

perpassam e geração a geração, apesar do contato com outras sociedades e culturas promoverem a ressignificação cultural. Contudo, é muito importante ressaltar que preservando os conhecimentos e tradições, se tem os espaços de conhecimento na comunidade com a promoção de uma educação preocupada em manter viva a língua dos alunos. E, também que as crianças aprendam a valorizar suas tradições e culturas, os espaços de conhecimento existentes na comunidade são espaço cultural Uka Umbuesada Wakenal Animarehi criado pela Pedagoga Cláudia Baré, e o espaço de conhecimento Saberes Witoto, com a promoção de educação, saberes, identidade, cultura, luta, língua, corpo, território, resistência e existência do povo Witoto no Brasil, desenvolvido pela acadêmica e técnica de enfermagem Vanda Witoto e na localidade ainda se tem o espaço cultural Mainuma criado pela cacika Lutana Kokama, onde se apresenta as variadas manifestações culturais;

Com relação ao **Ser**, pelo simples fato de ser indígena, a concepção e pensamento colonial hegemônico, constrói uma visão errônea e estereotipada acerca dos povos indígenas. Esses grupos étnicos sofrem diversas formas de violências físicas e verbais, sendo taxados do ponto de vista de “não civilizados” e que suas manifestações culturais são vistas como práticas exóticas, “não padronizadas” e “fantasiosas” comparadas ao pensamento ocidental. Entretanto, não se sabe que toda as manifestações culturais e organização social coletiva apresenta tamanha representatividade simbólica que qualifica as histórias e as geografias desses marcadores territoriais desses povos indígenas, bem como saberes ancestrais. Os moradores do Parque das Tribos procuram manter viva a sua cultura, tradições e mitos, que identificam o ser que existe dentro de cada um deles, através da pintura, da dança, da arte e do artesanato, buscando essa produção simbólica do pensamento humano, visando a prática de toda experiência e a vivência histórica das gerações anteriores, através do estímulo da criatividade dos moradores, que alimentam sua própria cultura;

E sobre a **Natureza**, o pensamento da colonialidade quer destruir as terras, as águas e as florestas, invadindo, explorando e destruindo territórios e corpos indígenas. Quer impedir a existências de diferentes formas de vidas que são o sentido de viver, trabalhar e relacionar espacialmente, territorialmente e espiritualmente. Esse pensamento é predominante desde período colonial, onde as formas de negação, violência e exploração sempre foram predominantes e perduram até hoje com essa forma predatória de controlar e dominar a natureza, território (material e imaterial) e corpos indígenas. Nesse sentido, a preservação dos mitos e das lendas, os moradores indígenas do Parque das Tribos mantêm estreita relação com a Natureza e demonstram bons conhecimentos sobre a flora e a fauna, e ainda existe um acordo entre eles na

comunidade que não permitiu a derrubada de árvores, e esse acordo envolve um trabalho de sensibilização e conscientização entre a própria comunidade, principalmente com as crianças que são desde cedo orientadas para a preservação do meio ambiente e para a necessidade de plantar novas árvores.

Ainda sobre a cultura indígena, se entende que os mitos e as artes no Parque das Tribos estão relacionados aos seres sobrenaturais que habitam na natureza, nos rios, e protegem os animais. E essas histórias são contadas no meio da comunidade indígena e servem de fundamento para os membros da comunidade. Conforme Mustafa, (2016) destaca na entrevista da Cacika Lutana que:

“A mata é quase tudo depois de Deus a mata é tudo [...] A mata tem o remédio tradicional pra nós uma garrafada um banho [...] se nos tira a mata acaba água acaba tudo [...] tem que pedir licença pra mexer na natureza [...] até pra tomar banho no igarapé é que nem nós cada um tem uma mãe; A mata nos ajudou muito a falar por nós [...] a outra invasão queimou tudo”. (LUTANA, novembro, 2016).

A cultura é diversificada e plural que deve ser ensinada e passada de geração a geração, não somente pela educação escolar indígena, mas pela educação indígena que é ensinada a cultura por meio dos conhecimentos e saberes dos mais velhos em uma realidade fora do contexto escolar. Assim, os povos indígenas possuem respeito com a natureza e o ambiente, pois afirmam que a destruição da natureza se configura como sua própria destruição. Ainda segundo Weissmann, (2018), o termo cultura é relacionado com alguns conceitos, apresentando as contribuições conforme a tabela 4, e as principais contribuições.

Tabela 04: Diversidade e pluralidade de saberes

TERMO	CONCEITO	DEFINIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO
	<b>Multiculturalidade</b>	“A multiculturalidade implica um conjunto de culturas em contato, mas sem se misturar: trata-se de várias culturas no mesmo patamar. As diferenças ficam estanques e separadas em cada cultura, possibilitando pensar no que os antropólogos chamam a lógica do Um, que só tem uma verdade a seguir e uma forma de pensar o mundo. Aquela forma única não admite contraponto de ideias, nem ser discutida ou questionada. Baseia-se em uma lógica binária, na qual uma ideia é correta e outra é diferente e incorreta, só se complementando ideias similares e	WEISSMANN, Lisette, (2018, p. 24)



<b>CULTURA</b>		tentando se afastar aqueles conceitos que contrariam o pensamento predominante”;	
	<b>Transculturalidade</b>	“O termo “transcultural” é usado fundamentalmente pela corrente austro- húngaro-francesa de pensamento, que é a etnopsicanálise. Eles combinam um olhar da antropologia conjuntamente com um olhar da psicanálise, ou seja, que trabalham na transdisciplina. Nesse trabalho, a etnopsicanálise propõe a discussão das representações culturais que providenciam um marco na construção das narrativas dos migrantes, cujo propósito é ajudar a estabelecer uma conexão entre o presente e o passado dos sujeitos que migram para outras culturas.”	WEISSMANN, Lisette, (2018, p. 25)
	<b>Interculturalidade</b>	“A interculturalidade remete à confrontação e entrelaçamentos, porque se tratar de grupos entrando em relacionamento e intercâmbio, entre os quais a diferença estabelece relações de negociação, conflito e empréstimo recíproco, respeitando as disparidades. Esse movimento se deve à desestabilização das ordens nacionais e étnicas geradas pela nova interdependência que a globalização suscita. As fronteiras ideológicas e culturais se desvanecem e incrementam a junção de culturas com um desenho particular”.	CANCLINI, (2004).

Organização: CASTRO, W. G. 2022.

### **3.3 Territórios políticos e culturais dos povos indígena do Parque das Tribos: Valorização e ressignificação de saberes e etnoconhecimento**

Com relação ao etnoconhecimento, sabe-se que são os saberes, tradições (cultura) passados de geração a geração nas comunidades tradicionais, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca e seus fenômenos naturais (NASCIMENTO, 2013). E durante a organização dos conteúdos analisados no bairro Parque das Tribos, no dia 26 de março, foi possível identificar as seguintes informações, sobre os saberes e tradições, iniciando como tudo começou na comunidade, que é a fala sobre a legislação.

Sobre a legislação indígena, se tem as políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, e no país se tem a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é quem exerce

coordenação e executa a política indigenista do Governo Brasileiro, criada em 1967, pela lei nº 5.371, durante o governo do presidente Costa e Silva, com a missão institucional de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. BRASIL, (2019).

Ainda conforme Brasil, (2019), a FUNAI, promove os estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas existentes. Sobre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, a FUNAI, visa estabelecer a articulação entre instituições, para garantir o acesso diferenciado aos direitos sociais e cidadania dos povos indígenas.

O que foi abordado durante a entrevista com a liderança feminina da comunidade Lutana Kokama, no dia 05 de março de 2022, que embora o governo não tivesse dado amparo legal para os moradores da comunidade, existe um grande crescimento populacional desses povos na cidade de Manaus-AM.

Sobre a configuração territórios políticos e culturais dos povos indígena do Parque das Tribos, se sabe que no dia 19 de abril, se comemora o Dia dos Povos Indígenas, onde os moradores do Parque das Tribos celebraram essa importante conquista marcada por uma trajetória de resistência e luta, onde a territorialidade é entendida por Paul Little (2002), como um processo vivido nas relações e laços afetivos, construídos por meio de vínculos coletivos, com o espaço territorializado, onde a memória assume um importante papel. É por meio da memória que o sentimento de pertencimento e compartilhamento de histórias. Assim:

“A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, porém se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (LITTLE, 2002, p. 11).

No caso da comunidade Parque das Tribos, se sabe que se originou em 1980, e o crescimento demográfico ocorreu de forma gradativa, começando com a família da Dona Raimunda, e em seguida vieram outras famílias. E conforme exposto por Dominique Gallois (2004), entendemos que a territorialidade está alicerçada nos vínculos afetivos construídos através das relações coletivas vivenciadas pelo grupo, o qual mobiliza recursos simbólicos e concretos para a afirmação de seu território, e defesa, e de sua dinâmica territorial.

Figura 09: Comemoração o Dia dos Povos Indígenas



Fonte: CASTRO, W. G. 2022.

E conforme Gallois, (2004, p. 37), “ela não só permite recuperar e valorizar a história da ocupação de uma terra por um grupo indígena, como também propicia uma melhor compreensão dos elementos culturais em jogo nas experiências de ocupação e gestão territorial indígenas.” Através das vivências foi possível passar por uma grande luta que é marcada inicialmente pela falta de apoio da FUNAI, que é o órgão que deveria ajudar durante a conquista pelo território, que segundo Campos, (2022):

*“Eles falavam que índio morava no mato”*. Cláudia Baré ouviu frases desse tipo desde criança, por ser indígena da etnia Baré e morar na capital do Amazonas. Ela é uma entre os mais de 300 mil indígenas que vivem em áreas urbanas no Brasil, segundo dados do IBGE (2010). E, contrariando o que diziam para ela, Cláudia não só ficou na cidade, como participou da fundação do primeiro bairro indígena oficializado pela prefeitura de Manaus, o Parque das Tribos, onde é professora e uma das lideranças femininas. (Cláudia Baré, em entrevista em 2022).

E essas frases, marcaram a vida e trajetória dos moradores do Parque das Tribos, que tiveram 7 (sete) reintegração de posse, e através da regularização fundiária, estabelecida pela Lei nº 11.977/2009, abordando sobre o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e

sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes. Conforme a Manaus, Prefeitura Municipal (2022), estabeleceu os seguintes princípios:

I – ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental; II – articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda; III – participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização; IV – estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; e V – concessão do título preferencialmente para a mulher. (MANAUS, Prefeitura Municipal, p. 1 2022).

A regulamentação visa à garantia do direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e quando a área é ocupada predominantemente ocupada por população de baixa renda e atende ou pelo menos um dos três requisitos previstos no inciso VII do art. 47 da Lei 11.977/2009.

Figura 10: Noticiários sobre a Regulamentação



Fonte: ARAÚJO. Amazônia Real, 2017.

Porém, ao longo de muitas noites, Lutana Kokama, seus familiares e indígenas de outras etnias que foram se estabelecendo no Parque das Tribos, não conseguiam dormir com medo das ameaças de reintegração de posse. Por meio da Advocacia Geral da União (AGU), e da Procuradoria Federal no Amazonas, a Funai entende que a reintegração passou a ser identificada, admitido a discussão da legitimidade do título de domínio no âmbito da ação de regularização da comunidade.

## **CAPITULO 4 - PRÁTICAS DE DESCOLONIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE DAS TRIBOS, TARUMÃ-AÇU EM MANAUS-AM**

Em relação as práticas de descolonização, é necessário que os povos indígenas do Parque das Tribos, busque a valorização de seus costumes indígenas e fortalecimento de suas práticas e cultura indígena. Uma vez que, o movimento da história, mostra que as relações coloniais apontadas e inseridas forçadamente pelo mundo do colonizador para dentro das comunidades e aldeias reproduzem formas de colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza.

Neste contexto, ao refletir sobre a descolonização, seja no sentido amplo, ou em um sentido associado, sabe-se que ao estabelecer o diálogo com diferentes etnias indígenas, como é o caso do Parque das tribos, é possibilitado uma grande riqueza de línguas, de artesanato, de pintura corporal e de diversidade cultural, que faz com que diálogos sobre essa re-existência, seja tratada em forma de lutas com o protagonismo da mulher.

Verifica-se ainda que a importância da mulher na comunidade está associada diretamente aos projetos políticos, as melhorias e qualidade de vida para a comunidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento do território. Esses tópicos são abordados durante o discorrer dos capítulos, quando se fala em dispositivos da colonialidade nos territórios dos povos indígenas e as formas de lutas e re-existências, quando se aborda sobre o território das manifestações culturais e os marcadores territoriais e, principalmente sobre o protagonismo e resistência das mulheres indígenas.

### **4.1. Dispositivos da colonialidade nos territórios dos povos indígenas e as formas de lutas e re-existências**

Em entrevista no dia 05 de março de 2022, com à Cacika da comunidade Lutana kokama, abordou sobre os dispositivos de colonidade nos territórios dos povos indígenas, onde foi oportuno entender que um dos maiores desafios que a região enfrenta, é a busca pela igualdade e inclusão dos direitos dos povos indígenas entre as prioridades políticas, pois sabe que esses desafios são enormes e considerando a comunidade Parque das tribos.

Ainda segundo Lutana kokama, em entrevista em março de 2022, a representante, fala sobre as 35 etnias existentes na localidade, e essa falta de apoio dos representantes políticos, acaba fazendo ficar mais difícil o acesso ao direito à saúde, a educação a moradia digna entre outros, como ela conta em entrevista em 2022:

Os contadores de histórias, de momentos de lutas, falam de quando eu enquanto representante da comunidade, não sou empregada e vivo assim meu trabalho e agora com essa pandemia a gente realmente precisa de ajuda contribuições, aprendi ainda sobre a Miscigenação, sobre as aprendizagens que foi ensinadas pelo boi, tem o Carimbó, tem as danças, e isso é muito importante pois os indígenas tem histórias para contar, e muito ruim saber que muitas pessoas não falam sobre as suas histórias, e só está no nossa memória indígena, os indígenas vão para faculdade, e ficam com vergonhas, a gente não pode esquecer das nossas histórias (LUTANA, março 2022)

Com a necessidade de uma visão da totalidade, ou seja, equivalente de uma forma harmoniosa dos seres humanos para entender os processos com relação à natureza e também os povos indígenas, sabe-se que esses elementos físicos, mentais, espirituais e emocionais são perceptíveis através das comunidades onde se envolve os componentes políticos e econômicos sociais e culturais, sendo marcado por lutas e re-existência dos moradores.

As lutas provocam pressões sobre a conquista do território, e os povos indígenas, através dos conflitos devido à grande diversidade na localidade, passou por problemas socioambientais não resolvidos, por ressignificação da identidade cultural, e se percebe que ainda na localidade necessita de melhorias e acesso a mais direitos humanos e territoriais, trazendo um valor de igualdade para os povos indígenas da localidade.

É preciso atuação e participação efetiva do Estado para a formulação de políticas públicas, como garantia para atender de forma satisfatória as premissas dos povos indígenas, principalmente no que tange as políticas sociais. Conforme Lutana (2022) “a gente tem professores que moravam na comunidade, se formaram e hoje ajudam com a questão da política indígena, o que é vivenciada hoje nos nossos territórios”.

Figura 11: Luta pela Saúde no Parque das Tribos



Fonte: CRUZ, Patrick Marques e Victor Cruz, G1 AM. 2021.

A forte presença na área da saúde é a entrevistada Vanda Witoto, que é técnica de enfermagem e foi a primeira cidadã do Amazonas (Figura 11), a receber a vacina do Covid19. Sabe-se que neste contexto os órgãos das Nações Unidas e formulam algumas observações sobre a situação da saúde dos povos indígenas na região, porém segundo Witoto, (2022), “em particular essa mortalidade que foi observada na nossa região também afetou a comunidade Parque das Tribos, e essa questão indígena é discutida através das reuniões entre as representantes femininas na comunidade”. Sendo priorizado a criação de uma nova unidade básica de saúde para fortalecer a relação entre a comunidade indígena desenvolvimento seu território. Atualmente se tem uma UPA Unidade de Apoio Indígena na comunidade, que serviu de apoio durante a pandemia de covid 19, (Figura 12):

Figura 12: Luta pela Saúde no Parque das Tribos



Fonte: Coaib, Amazonas Real, 2022.

As oportunidades de construção de um novo documento, que se enquadre nas políticas públicas voltadas para os moradores do Parque das Tribos, no Tarumã, e se espera que esse documento venha se constituir e contribuir no sentido de aplicação e acompanhamento no desenvolvimento da comunidade em questão, que tem como conquistas o abastecimento com a água tratada nas torneiras de casa pela primeira vez em 2021, onde a Prefeitura de Manaus e a concessionária Águas de Manaus inauguraram o sistema de abastecimento da maior comunidade indígena urbana de Manaus.

O sistema de abastecimento de água tratada do Parque das Tribos em 2021, representou, uma melhor comunicação entre a Prefeitura, que coloca em ação a prática do saneamento básico para comunidade. Como infraestrutura, se sabe que o governo contribuirá para melhorias na qualidade de vida da população por meio de ações de educação, empreendedorismo, proteção social, empoderamento feminino e cultura. E na oportunidade se aborda sobre um dos espaços com maior destaque, na comunidade que é a maloca, conforme a Figura 13:



Figura13: Maloca do Parque das Tribos



Fonte: CASTRO, W. G. 2022.

A Maloca dos Povos Indígenas Parque das Tribos, (Malocão), foi uma reivindicação antiga dos moradores que conseguiram o feito em 2021 também, o malocão, consiste em um espaço de manifestação cultural, onde existe uma exposição dos produtos da comunidade, como os trabalhos artesanais, culinária indígena, as danças e apresentações típicas. Em entrevista em fevereiro de 2022, Vanda Witoto fala sobre a maloca:

Já tivemos a vitória de conseguir o espaço né a nossa maloca onde é possível desempenhar e desenvolver várias manifestações culturais com apresentações, onde vou trabalhar com a Cláudia ela engravidou e eu fiquei na escola dando aula para as crianças e quando teve o processo de seleção e indicação de professores ela preferiu indicar o esposo dela aí meu marido não gostou e ficou chateado por eu não ter sido conhecida. (VANDA WITOTO, fevereiro 2022).

Então, ao mesmo tempo que se apresenta as experiências históricas na maloca, e também se tem as crenças e as práticas através da Casa das Mulheres, que é um espaço voltado para as mulheres indígenas, que recebe reuniões, ensaios de dança, troca de experiências de tradições de alimentação e medicina tradicional indígena, entre outras atividades.

Apresentada como um espaço de proteção social para as mulheres da comunidade, a líder indígena do povo Witoto, que é acadêmica de Pedagogia e também é técnica de enfermagem, Vanda Ortega, aborda que o espaço trouxe a melhoria na saúde indígenas, na localidade, conforme Figura 14:

Figura 14: Maloca do Parque das Tribos e Cultura



Fonte: Garimpo Cultural, 2021.

No âmbito educacional se tem uma escola situada na comunidade Parque das Tribos, no Tarumã, para mais de 850 alunos, abriu em 2022, a Escola Municipal Santa Rosa 2 (Figura 15), e essa escola traz saberes e práticas de desenvolvimento educacional para as diversas etnias apresentando contexto da capital do Amazonas, o que é muita das vezes é questionado pelos representantes, sobre a abordagem teórica metodológica sobre as políticas públicas relacionada aos indígenas.

Figura 15: Escola Municipal Santa Rosa 2



Fonte: Coaib, Amazonas Real, 2022.

Nesse sentido a entrevista afirma que:

“Não concretadas como são as escolas da SEMED, eu quero que nossos alunos tenha uma educação indígena em escolas com espaços amplos e abertos, para se reconhecer diante dos saberes da natureza, dos nossos avós, trazendo nossa vivência, as nossas práticas para as escolas que também são de conhecimento” (WANDA WITOTO, 2022).

E por isso se tem a necessidade de existir os espaços de aprendizagem sobre a identidade as manifestações culturais dos povos indígenas do Parque das Tribos, e esse projeto é defendido pelos representantes indígenas e é trabalhado de forma séria e continua para sistematização e conscientização dos desafios enfrentados o âmbito educacional dos saberes linguísticos de cada povo, sem deixar de lado a sua cultura, costumes, sua pintura o seu artesanato.

“Sabe-se que a preocupação com a situação da infância indígena é um direito das crianças pois esse crescente é devido as grandes carências que elas enfrentam com relação às condições de pobreza, de negacionismo, assassinato da língua materna, e esses dispositivos vem trazendo uma situação particular para as crianças que após adolescência não querem mais saber dos direito dos povos indígenas então a viver uma nova identidade deixando de lado os seus costumes, e essa não é a intenção das representantes indígenas dos Parque das Tribos pois com os passos de ensino sobre os povos indígenas e as palestras, atividades culturais, são realizadas justamente para inserir a criança indígena dentro das suas manifestações culturais, dentro do seu território, sem deixar morrer os costumes e as grandes riquezas que são passadas de pai para filho, de mãe para filho, de avô para neto e assim sucessivamente (VANDA WITOTO, fevereiro 2022).

Ainda sobre os novos espaços, a cacika do Parque das Tribos, Lutana Kokama, destacou a importância dos novos espaços para a comunidade, Kokama, (2021), “hoje estamos recebendo essa maloca para fazer a nossa dança, a nossa cultura, trazendo esse benefício para que a gente pudesse ter de onde tirar para nos sustentar, eu queria muito que fosse uma entrega com uma festa cultural, mas infelizmente, com esta pandemia, não podemos fazer muita aglomeração”.

Onde foi relatado na entrevista, sobre as lutas e sobre o direito ao território, que segundo a entrevistada relatou que:

Durante muito tempo tivemos que lutar pelas nossas terras, eu pintava o meu corpo como demarcação do nosso território, mas sabemos que a nossa identidade não se limita ao território. E os governantes sem dar importância para a nossa luta, apresenta a negação dos povos indígenas no ambiente urbano, então o parque das tribos se torna um território de lutas e eu faço parte de um outro processo de transformação (VANDA WITOTO, março de 2022).

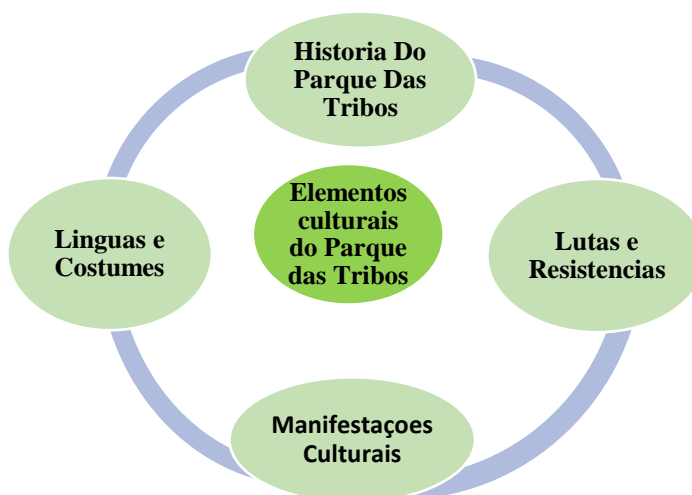
Ainda segundo Vanda Witoto (2022), “A gente mesmo nega a gente, você percebe que os Indígenas têm vergonha das suas origens, no começo aqui no Parque das Tribos, as crianças também não queriam se pintar e, por isso, é importante essa proposta de espaços de conhecimento para o fortalecimento da nossa identidade indígena”. E essas afirmações são

fundamentais para entender o processo de lutas enfrentados pelas representatividades da localidade.

#### 4.2. O território das manifestações culturais e os marcadores territoriais

Os povos na comunidade Parque das Tribos procuram manter viva a sua cultura, sua identidade, tradições e mitos, através da pintura corporal, da dança e do artesanato. Na comunidade Parque das Tribos, é possível identificar os seguintes elementos culturais, que diante a realidade dos indígenas da comunidade se apresentam como pertencentes ao território com a retomada de suas culturas, historicidades e costumes. No espaço analisado foi possível investigar diante das entrevistas que na localidade tem 35 etnias e uma diversidade pluriétnica.

Esquema 01: O território das manifestações culturais



Organização: CASTRO, W. G. 2022.

Após as lutas para conseguir o território dos povos indígenas do Parque das Tribos, tem a sua referência entre o auto-reconhecimento a coletividade indígena, onde o seu reconhecimento pela FUNAI, já se tornou um lugar do territorial do indígena. Na cidade Manaus, em relação a amostras culturais no Parque das Tribos, apresenta-se a conhecida Dabukuri Digital, é uma manifestação cultural criado no Parque das Tribos com uma cerimônia milenar de reunir danças, pinturas corporais, aliança política, arranjos matrimoniais e muitas outras atividades, nessa amostra digital, é apresentada algumas manifestações culturais dos povos indígenas e essa ideia

de promover uma troca de experiência cultural artística entre os indígenas e não-indígenas é muito interessante.

Através dessa abordagem os artesões passam a divulgar os seus designers indígenas, e também realiza a promoção da cultura da diversidade pós durante a cerimônia, existe uma grande troca de saberes e costumes, onde esse projeto promove oficinas de confecção artesanal, bijuterias sementes e pinturas e grafismos indígenas. Segundo Lutana, março de (2022), “durante os festejos, cada povo traz a sua pintura corporal, o seu costume e suas manifestações para representar a sua identidade e seus costumes, onde cada povo tem um momento para apresentar sobre o grafismo, sobre a sua cultura”.

Hoje foi possível fazer a demarcação do meu corpo com a primeira pintura de genipapo e urucum na universidade @ueaoficial e foi aqui na cidade no território @parque\_das\_tribos\_oficial que meu povo cantou e dançou sua música e rito tradicional pela primeira vez. Aqui nossas vozes, nossa língua Murui, nossas espiritualidades continuam sua resistência e existência como raízes, hoje florescemos e damos frutos (VANDA, fevereiro de 2022).

A língua é a identidade cultural dos povos na comunidade Parque das Tribos, (figura 16), e sua diversidade é uma das maiores riquezas na localidade, pois pode ser considerada uma das maiores concentrações de etnias em um só território, e por isso a importância desse resgate da cultura indígena. E abordando sobre o projeto Dabukuri, sabe-se que já foi contemplado pelo Prêmio Feliciano Lana organizado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC-AM), que aborda sobre um trio de mulheres produtoras com grande atuação no cenário cultural de Manaus, e idealizou a iniciativa, para abordar sobre suas culturas e costumes, as mulheres e artistas são as atrizes Fabiene Priscila e Patrícia Mazzullo e a artesã e professora indígena Claudia Baré.

Figura 16: Grafismo e Pintura Corporal



Fonte: CASTRO, W. G. 2022.

Para a realização de trabalhos, de grafismo se tem segundo as premissas de Velthem (2000, p. 54), a concepção de ‘decoreção corporal’ que não significa para os indígenas uma peculiaridade restrita somente às questões sobrenaturais e aos humanos, mas também a outros componentes do seu universo como artefatos, animais, vegetais, espíritos e entidades místicas, os quais representam recursos visuais que lhes confere singularidade e identidade. E a função da decoreção corporal ou grafismo para os povos da Comunidade do Parque das Tribos, funciona como uma forma capaz de trazer a percepção e pertencimento com corpo e com o objeto artístico.

Um das manifestações culturais que representa os povos indígenas, sem dúvida é a dança seja nos rituais ou para celebrar uma boa colheita, e segundo Vanda (2022), “ela está presente em todos os momentos na comunidade Parque das Tribos, e essa lição é passada para as crianças e elas vão levar para toda a vida”. Neste cenário que os moradores do Parque das Tribos na atualidade buscam manter a formação de uma sociedade pluriétnica, envolvendo questões sociais, econômicas e políticas, estando no centro de tudo, procurando não medir esforços empreendidos no sentido de manter um território legítimo para habitar, construir moradias dignas, isso para mostrar que os povos indígenas, ao longo dos tempos, buscam sustentar sua

alteridade e originalidade graças a estratégias próprias de sobrevivência, podendo-se citar, dentre estas estratégias, as suas manifestações culturais. Sobre a música que tem sua letra cantada para todos os povos indígenas, mostrando que todo tem seus costumes mais é somente uma nação.

#### **4.3. Protagonismo e resistência das mulheres indígenas**

O Desafio de se trabalhar as relações de gênero com populações indígenas, é que se fica diante de um conceito onde se aponta para outras realidades, e essas realidades não são as mesmas em que foram criadas antigamente, pois na atualidade as mulheres indígenas, estão se apropriando do conceito que precisa estar presente para o desenvolvimento de todos os movimentos sociais de mulheres indígenas.

E conforme Silva e Pinheira, (2021 p, 931), “aborda que a criação do Departamento de Mulheres Indígenas foi um marco para que elas pudessem apresentar suas demandas e ao mesmo tempo dando visibilidade aos movimentos de mulheres indígenas que surgiam em várias etnias na Amazônia. Com a participação das mulheres indígenas em espaços de decisões, como nos Conselhos, nas Associações, nas Coordenações, nas Diretorias e outros. Mesmo assim foi necessário um esforço muito grande para que as Instituições como FUNAI, Ministérios, e até mesmo as Organizações Não Governamentais ONGs, mudassem o seu foco para dialogar, entender e atender as demandas dessas mulheres.

As mulheres têm um grande papel de protagonismo da comunidade e elas vem lutando por melhores condições para existir uma reconexão com a cultura indígena, ambiente urbano e se faz necessário entender sobre a interação e socialização diante dos conectivos urbanos. Para falar da educação, da arte e da saúde, é possível perceber que as mulheres ouvidas buscam ocupar espaços onde sejam respeitadas, e esse respeito se dá através de muita resistência.

E essas mulheres guerreiras que se apresentam diante da comunidade como a liderança feminina, tem essa responsabilidade de desempenhar um papel de protagonista. E quando se trata de um espaço de resistência, os moradores do Parque das Tribos têm como liderança a primeira mulher Manauara a tomar posse do maior cargo hierárquico da cultura indígena, sabemos que esses moradores têm pouca estrutura, tem pouco saneamento básico, porem com muitas lutas essas mulheres batalhadoras conseguiram uma maloca, uma escola municipal, água encanada, asfalto, energia e a promessa de uma UBS para a comunidade.

Figura 17: Lutana Kokama



Fonte: [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br). 2022.

Ao falar dessa grande protagonista do parque das tribos, que é a Cacika Lutana Kokama, (Figura17), vale ressaltar que entrevista da Cacika oportunizou o entendimento sobre a luta e a historicidade sobre as informações sobre o pai da mesma, que segundo ela registrou a terra perante os órgãos competentes em 1986, já em 2004 o pai da liderança feminina faleceu, e desde então os impostos deixaram de ser pagos.

Nesse período alguns empresários entraram com pedido de reintegração de posse, colocando em risco o território de todos que moravam ali, porém a herdeira foi guerreira, foi até os órgãos responsáveis, para requerer o território. No primeiro momento não tiveram resultados positivos, porém a luta não parou, ela foi atrás de advogados, lutou como uma mulher guerreira faz, e então conseguiu a posse do território do seu pai.

O início do o Parque das Tribos, priorizou por oportunizar, com que outros indígenas pudessem ter o acesso a capital urbana, possibilitando assim, desenvolvimento, formação acadêmica, serviços de Saúde, melhoria nas condições de vida, entre outras possibilidades que foram abertas por essas mulheres guerreiras, que leva o nome do parque das tribos para todos os cantos, tornando o lugar, um centro de diversidade cultural, de luta e resistência pelo território, de protagonismo da mulher indígena, interação e socialização da cultura indígena.



E quando se fala em mulheres indígenas é impossível não falar da acadêmica de pedagogia da universidade estadual do Amazonas, Vanda Witoto, (Figura 18), que também é formada em técnica de enfermagem, e foi a primeira mulher no Amazonas a tomar a vacina da COVID 19. E a segunda protagonista do parque das tribos, prestou assistência médica para mais de 700 famílias residentes no parque das tribos no auge da pandemia do covid-19. No dia 26 de março de 2022 a indígena e também autora, lançou em Manaus o seu livro sobre a historicidade da protagonista em questão, a sua trajetória e caminhada até as conquistas e re-existencia dessa grande mulher.

Desta luta, a gratidão a essas pontes é fundamental, pois para as mudanças que se busca, está sendo reescritas pelas mulheres batalhadoras que estão definindo a história dos povos indígenas, e dando um novo significado para os futuros e futuras representantes indígenas na comunidade. Essas afirmações mostram o quanto a mulher no parque das tribos tem o seu significado, sempre atuando a frente de qualquer situação, para trazer resultados satisfatórios para comunidade, almejando a continuação da existência indígena diante da negação da sociedade.

Figura 18: Vanda Witoto Lançamento do Livro



Fonte: AYLA, Diana 2022.

No ambiente universitário Vanda Witoto, se tornou uma das personalidades mais conhecidas quando se fala em luta e resistência da mulher indígena, diante das suas fraquezas e trajetórias, lembram-se justamente essa falta de respeito com a cultura indígena, a falta de humanidade diante das etnias, a acadêmica é um exemplo para muitas mulheres, pois a sua trajetória é marcada por luta ( Figura 19), em 2016 Vanda entrou para universidade estadual do Amazonas que ela foi questionada pelo seu RANI - Registro Administrativo de Nascimento.

Porque também vivemos em um grande silenciamento, durante muito tempo, vivi como empregada doméstica, onde fui trazida do meu território chorando, onde eu passei quase oito anos chorando, onde hoje eu falo que eu já não tenho lágrimas porque eu chorava muito, nessas casas onde eu trabalhava, e lá eu tinha que morar, e isso fazia eu ter um tempo muito grande de trabalho, então eu estava sempre disponível eu ganhava, 100\$, e eu não conseguia me ajudar, nem ajudar os meus pais, e eu era uma menina eu tinha 16 anos sabe, eu era uma menina eu não entendia o valor de um dinheiro, porque eu nunca tive dinheiro, na minha comunidade.

Hoje eu entendo que eu vivi uma violência, até hoje me vem a memória de algumas falas dos meus patrões, que demonstravam um grande preconceito comigo, mas eu não entendia como preconceito e violência... Eu vim entender que eu sofria violência e tentativa de abuso sexual quando eu fui para a universidade com 27 anos, e eu não entendia nada daquilo, daquele assédio dos meus patrões. (VANDA WITOTO, março, 2022).

Indígena, um documento que comprova perante a lei sobre a legitimação da identidade indígena. A indígena foi questionada, quanto a legitimidade do seu documento, pois segundo as autoridades ele deixava em branco algumas lacunas como a falta da língua materna. A língua materna é a primeira língua que uma criança aprende e que geralmente corresponde ao seu grupo étnico linguístico, ou seja, quando o indivíduo se identifica culturalmente ele a primeira língua de sua comunicação, a língua materna será que ela é de maior dominação pelo falante ou seja aquela que tomamos primeiro impacto na nossa vida que é falada pelos nossos pais.

Sobre o RANI, os avós de Vanda Witoto, não ensinaram a língua para seus pais por medo do preconceito, diante dessa causalidade eles ficaram sem falar o Witoto, que possibilitava uma melhor interação diante das pessoas da cidade.

Figura 19: Mulheres que lutam



Fonte: Vanda Witoto, Instagram, 2022.

Até hoje a indígena tenta compreender sobre a cultura do seu povo, sobre as violências que seu povo sofreu, e principalmente sobre o genocídio e a retirada da língua que eles tinham de mais rico. E depois do fato que ocorreu quando Wanda Witoto se tornou uma personalidade no Amazonas, a sua família de origem e Witoto na Colômbia, souberam da sua existência e então, entraram em contato para saber sobre os seus parentes que aqui existiam.

Então, ela tem viajado para Amaturá, com intuito de saber sobre sua cultura um de sua avó e bisavó Assuncion e Teresa criaram a comunidade Território Witoto, para entender sobre a sua trajetória. Conforme Silva, Silva e Pinheira, (2021 p,931), nesse sentido, foi incluindo alguns itens das demandas das mulheres indígenas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, com muitas dificuldades de entendimentos para os planejadores das Políticas Públicas, porque são demandas específicas das mulheres indígenas, que envolvem costumes, tradições, culturas e saberes tradicionais específicos de cada povo.

Se reconhecer não significa estar presa a um território, pois o conceito de delimitação dos territórios surgiu do branco, que precisava nos isolar para que não estivéssemos em todos os espaços, que saiu aos 16 anos de Amaturá, sua cidade natal, a 1.205 km de Manaus. E recebeu um conselho de seu pai: “ele sempre falava que eu seria um grande pássaro e, por isso, não me manteria presa dentro da nossa comunidade (VANDA WITOTO, março, 2022).

Então ser indígena hoje no Brasil é estar em uma grande caminhada, que reúne vários povos e ganha continuidade com as novas gerações. “Eu me sinto atravessada por todas as mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, ribeirinhas, pescadoras e marisqueiras. Me sinto parte da história de cada uma”, comenta Vanda Witoto.

“Há 116 anos meu Povo Murui Bue (Witoto) foi expulso de seu território no Rio Putumayo em lá Chorrera na Colômbia, no período do boom de caucho (borracha) onde fomos escravizados e mortos. Minha bisa Carlota, Asunción e outras famílias Witotas conseguiram fugir para o Brasil e foram acolhidos pelos padres capuchinhos que desbravavam e catequizavam os “índios” na selva AMAZÔNICA no município de Amaturá Alto Rio Solimões. Aqui meu povo teve que deixar adormecido sua língua Murui Bue e tiveram que aprender o português, fomos forçados a não se identificar como Witotos, pois éramos mortos se encontrados, foi imposto uma outra espiritualidade, como as festas dos santos e nos vestiram com sua veste manchada de sangue e egoísmo. Hoje resignificamos nosso corpo, pois em 2016 foi possível fazer a demarcação do meu corpo com a primeira pintura de genipapo e urucum na universidade @ueaoficial e foi aqui na cidade no território @parque\_das\_tribos\_oficial que meu povo cantou e dançou sua música e rito tradicional pela primeira vez. Aqui nossas vozes, nossa língua Murui, nossas espiritualidades continuam sua resistência e existência como raízes, hoje florecemos e damos frutos”. (VANDA WITOTO, março, 2022).

Os agradecimentos ao povo Witoto, Tariano, Mura, Kokama, Tikuna e Munduruku, que fazem parte do projeto de primeira amostra de moda indígena no Amazonas com as costureiras, as desenhistas e estilistas são que também são indígenas. Pois a milhares de anos eles produzem as próprias roupas, e algumas delas são feitas da extração da casca de uma árvore e a chamamos de TURURI.

E esses resultados foram obtidos em forma de observação direta e esse contexto abrange toda a identidade e protagonismos da mulher, e foi de fundamental importância para a sociedade entender sobre as diversidades na localidade e suas lutas sobre o fortalecimento da cultura indígena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialidade dos povos do Parque das Tribos que carrega valores materiais e imateriais, atribuídos ao seu território e o reconhecimento de seus marcadores territoriais está construída no ritual das danças, no artesanato, na culinária, através das abordagens sobre a formação territorial e a conquista do território e os direitos territoriais.

A compreensão sobre o território se manifesta para o indígena como uma forma de expressão e concepção de território enquanto povo que vivem na área urbana, se dá pelo modo de vida existente na relação do ser humano na cidade. É notável que o território contém o desenvolvimento das coletividades indígenas, e os fatores que estão envolvidos na área territorial. A formação de uma identidade cultural é concebida partir das vivências e percepções de cada cultura. e sobre cultura visa preservar o aspecto cultural com criticidade que está devidamente atrelada não somente as bases materiais, mas considera questões identitário-simbólica (imateriais), que reivindica a sua origem e identidade territorial com intuito da preservação espacial e seus modos de seres e viver.

Ao avançar nosso olhar sobre o mundo social em certos domínios, é importante relacionar a identidade cultural, que certamente contribuiu para fazer, a resposta a essa questão das características, pois as tradições, se difunde e se evolui na territorialidade, onde ocorrem os fenômenos da sociedade se apresenta as combinações do meio urbanos, ao qual se adaptou esse povo.

No decorrer deste TCC é possível perceber que o território dos povos indígenas e o processo de colonização se estendeu e formalizou a categoria de análise da geografia, que de forma determinada abordou sobre o pensamento colonial que sempre negou, violentou, escravizou, exterminou e ocultou as vidas e as narrativas da verdadeira história dos povos indígenas no Brasil e, conseqüentemente, na comunidade Parque das Tribos bairro Tarumã-Açu em Manaus-Am, não foi diferente, as várias lutas pelo território são apresentadas nesse TCC.

A valorização dos saberes e o conhecimento dos povos indígenas do Parque das Tribos bem como a luta, a política e as formas de enfrentamento com a comunidade do poder, do saber, ser, e da natureza, que resultaram em processos espaciais e socioterritoriais de conquistas e ressignificação sociocultural, torna-se necessário na atualidade, principalmente em momentos em que as pressões e a negação implementada pelos dispositivos da

Colonialidade do Poder, do Saber, do Ser e da Natureza vem negando suas identidades, manifestação e território e territorialidades dos povos indígenas.

As diversas manifestações culturais e os marcadores territoriais se configuram como uma diversidade de lutas sociais de re-existências territoriais pluriétnica dos povos indígenas da comunidade do Parque das Tribos do Tarumã-Açu e, por conseguinte, diante de todas as abordagens é possível perceber que no parque das tribos existem uma diversidade de povos e que elas se configuram entre si fortalecendo a identidade cultural trazendo as suas manifestações para desenvolver as práticas descoloniais indígenas no território.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA URQUIZA, A. H. Sustentabilidade e Território Relação com a Educação Escolar Indígena. In: II Seminário Internacional: Fronteiras Étnico Culturais e Fronteiras da Exclusão – Práticas Educativas num Contexto Intercultural, CD ROM. Campo Grande, 2006.
- ALBUQUERQUE. Liege. A técnica de enfermagem indígena que montou hospital de campanha com doações em Manaus. BBC News Brasil, 19/02/2021. Acesso em 28/03/2022.
- ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Impactos Socioculturais em Populações Indígenas de Rondônia: Estudo da Nação Jupaú. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Porto Velho: PPGG/NCT/UNIR, 2007.
- ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”. Tese (Doutorado em Geografia). Curitiba: UFPR. 2015.
- AMORIM FILHO, O.B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 11 (21 e 22), 67-87. Jan./dez. 1999. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, S.; SILVA, J.C. &
- BARTH, Fredrik. 2011. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. (orgs.). Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP. Pp. 185-227.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-BHABHA, Homi. O local da cultura. ÁVILA, Myriam; REIS, Eliana Lourenço de Lima;
- BORDIN, Vanessa Benites. Experiências Poéticas A Partir Da Contação De Histórias Com Os Kokama No Parque Das Tribos, Manaus, 2020.
- BRASIL, Kátia. Vanda Ortega Witoto – 1ª vacinada no Amazonas fala sobre ataques misóginos. Amazônia Real, 14/03/2022. Acesso em 28/03/2022.CNN. À beira do colapso, Amazonas luta para vencer novo coronavírus. 26/04/2020. Acesso em: 28/03/2022. (No tempo 40:29 do vídeo está a entrevista com Vanda Ortega Witoto).
- CARMO CRUZ, Valter do. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson A. de. (Orgs). Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- CUNHA, Manuela. 2008. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo:

- FARIAS, Elaíze. Juíza manda expulsar indígenas do Parque das Tribos, comunidade que recebeu infraestrutura da Prefeitura de Manaus. *Amazônia Real*, 26/11/2018. >. Acesso em: 02/04/2022.
- FERNANDES, Florestan. 1979. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- FOUCAULT, Michel. 1996. *Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- GIDDENS, Anthony. 2009. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GIL FILHO, S.F. (Org.). *Da percepção e cognição à representação: Reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. São Paulo: Terceira Margem, 2007. P. 36-56.
- GIL, Antônio Carlos. *MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008, p. 27.
- GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GONÇALVES, Gláucia Renate (Trads.). 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013
- HAESBAERT, Rogério *Território E Descolonialidade: Sobre O Giro (Multi)Territorial/De(S)Colonial Na « América Latina »*. Buenos Aires: Clacso, 2021
- Organizations Of Indigenous Women In The Amazon Organisations Des Femmes Autochtones De L'amazonie Maria Das Graças Silva Nascimento Silva<sup>1</sup> Josué Da Costa Siva<sup>2</sup> Francisco Oro Waram<sup>3</sup> Tainá Trindade Pinheiro, 2021.
- HALL, Stuart. 2003. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Brasília: UFMG, 2003.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas*. Disponível em:
- IVES, Neusa Ni Oliveira. BARROS, Flávio Bezerra, NAKAHARA, Luiza. *Os Velhos, As Melhores Referências: O Etnoconhecimento Como Patrimônio Cultural Da Comunidade Indígena Tentehar*. Maranhão, Brasil, 2016.
- KONDER, L. *O que é dialética*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 85 p.
- LEITE LOPES, José; HEREDIA, Beatriz. 2014. *Movimentos sociais e esfera pública no Brasil: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: CBAE.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006
- MANAUS, Prefeitura Municipal de. *Transparências. Moradores do Parque das Tribos passam por etapa final da regularização fundiária pela prefeitura*. Manaus, 2022.
- MELO, Joaquim. 2011. *O SPI no Amazonas*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI.



- MUSTAFA, Amanda Ramos As Línguas Étnicas No Parque Das Tribos Em Manaus: Um Estudo Etnolinguístico Nos Espaços Culturais Indígenas Uka Umbuesara Wakenai Anumarehit E Kokama, Manaus-AM. / Amanda Ramos Mustafa. – Manaus: UEA, 2018. 210 F. Il.: (Com Ilustrações) 30cm.
- OLIVEIRA, Roberto. 2006. Caminhos da identidade: ensaios sobre Etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios; diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson A. de. (Orgs). *Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- Revista Zona De Impacto. Issn 1982-9108, Vol. 13, Setembro/Dezembro, Ano 11, 2009. Território E Territorialidade Carlos Santos Depto. De Geografia – Ufr
- RIBEIRO, Ana. 2012. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Território E Territorialidade: Um Estudo Sobre As Gangues De Jovens Em Boa Vista. Estado De Roraima, Brasil Revista Geográfica Venezolana, Vol. 57, Núm. 2, Pp. 187-203, 2016
- Universidad De Los Andes TERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS NO ESTADO DO PARÁ Solange Maria Gayoso Da Costa<sup>1</sup> Judith Costa Vieira<sup>2</sup> Marcos Vinicius Costa Lima<sup>3</sup> Bruno Paracampo Mileo
- Territórios E Territorialidades: Teorias, Processos E Conflitos / Marcos Aurelio Saque, Eliseu Savério Sposito (Organizadores) --1.Ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa De Pós-Graduação Em Geografia, 2008. 368 P.: Tabs.-- (Geografia Em Movimento)
- WITOTO, Vanda Ortega; ATHILA, Adriana; MACIEL, Anderson. A história por trás da foto: conversa com Vanda Ortega Witoto. PARI-c Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à Covid-19. 30/09/2021. Acesso em: 28/03/2022.
- WITOTO, Vanda. Vanda Ortega do povo Witoto na Vogue de setembro: Demarcação já! Revista Vogue 06/09/2020. Acesso em: 28/03/2022.

[Http://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

[Http://Www.Tecnologia.Ufpr.Br/Portal/Lahurb/Wp-Content/Uploads/Sites/31/2017/09/ANDRADE-Manuel-Correia-De\\_A-Quest%C3%A3o-Do-Territ%C3%B3rio-No-Brasil.Pdf](http://Www.Tecnologia.Ufpr.Br/Portal/Lahurb/Wp-Content/Uploads/Sites/31/2017/09/ANDRADE-Manuel-Correia-De_A-Quest%C3%A3o-Do-Territ%C3%B3rio-No-Brasil.Pdf).

<https://Amazonasatual.Com.Br/Documentarios-Sobre-Cultura-De-Povos-Indigenas-Serao-Exibidos-No-Youtube/>

<https://Amazoniareal.Com.Br/Juiza-Manda-Expulsar-Indigenas-Do-Parque-Das-Tribos-Comunidade-Que-Recebeu-Infraestrutura-Da-Prefeitura-De-Manaus%E2%80%AF/>

<https://Amazoniareal.Com.Br/Juiz-Determina-Reintegracao-Da-Ocupacao-Parque-Das-Tribos-Onde-Vivem-4-Mil-Indios-Em-Manaus/?Amp=1>

<https://Edilenemafra.Com/Cultura/Indigenas-De-Manaus-Promovem-Live-Com-Manifestacoes-Culturais-De-Cerimonia-Milenar/>

<https://Fas-Amazonia.Org/No-Dia-Dos-Povos-Indigenas-Complexo-Comunitario-E-Inaugurado-No-Parque-Das-Tribos/>

<https://Fas-Amazonia.Org/No-Dia-Dos-Povos-Indigenas-Complexo-Comunitario-E-Inaugurado-No-Parque-Das-Tribos/>

<https://Racismoambiental.Net.Br/2022/02/21/Parque-Das-Tribos-Mulheres-Indigenas-Lideram-Resgate/>

<https://Revistamarieclaire.Globo.Com/Cultura/Noticia/2022/02/Luta-Das-Indigenas-Pelo-Direito-De-Existir-Com-Sua-Cultura.Html>